

RESPOSTA DE PORTUGAL: A GUERRA COLONIAL

Depois da II Guerra Mundial desenvolveu-se em todo o mundo o espírito anticolonialista que levou à independência de muitas colónias dominadas por países europeus na África e na Ásia.

Portugal, que conhecia muitos exemplos de guerras pela independência de colónias africanas, desde muito cedo recusou negociar com os movimentos de libertação que se desenvolveram, nos anos cinquenta, em Angola, Moçambique e Guiné/Cabo Verde. Havia os casos da independência da Guiné-Conacri e do Senegal, fronteiriços com a Guiné-Bissau, como factos irreversíveis que poderiam e deveriam ter levado o Governo Português a prever que as Colónias portuguesas, primeiro, e Províncias, depois, mais cedo ou mais tarde teriam o mesmo destino.

A chamada «Guerra Colonial» ou «Guerra do Ultramar» desencadeou-se primeiro em Angola (1961), depois na Guiné (1963) e em Moçambique (1964).

Nem por isso, com as duas frentes de combate já em curso, o regime do Estado Novo mudou o rumo da sua política e de discursos constantemente produzidos na Metrópole e no Ultramar. Continuou, pois, fiel aos princípios indivisíveis do «Império», com a defesa intransigente do Ultramar, comemorando sempre com todo o entusiasmo a revolução militar do 28 de Maio de 1926. Entretanto, na Metrópole, continuava crescendo a mobilização militar para fazer face a mais esta frente de combate.

A preparação militar para a Guerra Colonial - Graves deficiências existiam na preparação militar na Metrópole. A formação era geral e, muitas vezes, abstracta, apesar dos três teatros de operações com características geográficas, climatéricas e tático-militares diferentes e com guerra efectiva. Nas recrutadas ou nas especialidades nada era ensinado do que seriam as características das Províncias em guerra. Sabia-se, apenas, que existia guerra em Angola, na Guiné e em Moçambique. O resto era esperar pela sorte de ficar na Metrópole ou partir para uma das Províncias sem guerra; ou então aguardar pelo azar de ser mobilizado para o teatro de operações de uma das três províncias em guerra. Sem mais nada saber...!



Mas a par do modelo de formação existente, o que não faltava era uma exigência rigorosa quanto aos recrutadas soldados e dos Cursos de Sargentos e Oficiais milicianos se apresentarem nas formaturas de botas a luzir e com a barba bem feita. De tal maneira bem feita que um diligente oficial do Quadro Permanente, saído de fresco da

Academia Militar, passava um cartão de visita na cara do instruendo, não permitindo haver obstáculo no deslizar do cartão. Esta prática vi-a eu na Escola Prática de Cavalaria, em Santarém, corriam os anos de 1963 e 1964. Em plena época de guerra colonial! Como se, para participar nas operações de combate no Ultramar, fosse necessário ir de barba bem feita e de botas engraxadas! Eram os excessos de uma hierarquia militar tradicional, fiel a um Regulamento de Disciplina Militar adequado à ditadura do regime então vigente!

Botas bem engraxadas, a luzir, como se de um espelho se tratasse, para uso na Metrópole. Em tempo de guerra no Ultramar



A criação de unidades especiais para actuarem numa guerra subversiva tornou-se uma necessidade inadiável: no Exército foram os «COMANDOS»; na Marinha, «FUZILEIROS»; na Força Aérea, «PÁRA-QUEDISTAS»

A origem dos comandos vem desde 1962, em Angola. Mas foi em Julho de 1964 que se iniciou o I Curso de Comandos da Guiné, em Brá (Bissau). Na Metrópole, foi criado o Centro de Operações Especiais, em Lamego.

Os Fuzileiros foram instituídos logo no início da guerra em Angola, ou mesmo no ano anterior, cuja instrução foi ministrada na Escola de Fuzileiros, em Vale de Zebro.

Os Pára-quadistas militares têm a sua história anterior à Guerra Colonial, mas desenvolveu-se por causa dela. Os primeiros militares foram os capitães Videira e Robalo, diplomados em França em 1951. O Batalhão de Pára-quadistas foi institucionalizado em 23 de Novembro de 1955, que depois passou a Regimento em 1961, ano em que as unidades de pára-quadistas tiveram a primeira intervenção em Angola. Mas o primeiro curso militar de pára-quadistas em Portugal foi em 1957.

Em 1961, por motivos do início da guerra em Angola, foi criado o Corpo de Enfermeiras Pára-quadistas. Em Outubro de 1966, foi criado na Guiné o Batalhão de Caçadores Pára-quadistas nº 12.

Aliás, o Prof. Marcelo Caetano reflecte bem o modelo da preparação militar em Portugal, quando escreveu:

“Os recrutas eram incorporados quatro vezes em cada ano, e recebiam imediatamente uma instrução geral sumária. A seguir, eram destinados a diversas especialidades e enviados, conforme a classificação feita, a centros de instrução especial. Finda esta, (também sumária) reuniam-se, então, em companhias e batalhões que, antes de serem enviados para operações deviam receber a instrução operacional. Esta concepção vinha da NATO e o Estado-Maior do Exército ficou-lhe fiel durante os anos todos da guerra subversiva. O resultado era uma instrução deficientíssima; não havia espírito de corpo; os instrutores não acompanhavam os instruendos e ao formarem-se as companhias os homens, que tinham andado de Herodes para Pilatos, encontravam pela primeira vez os oficiais com quem deviam marchar para o Ultramar. A instrução operacional na Metrópole era má. Resolveu-se, em Conselho Superior de Defesa

Nacional, ministrá-la nas províncias de destino, no próprio ambiente em que os homens deviam actuar, mas isso só pôde ser parcialmente executado na Guiné e em Angola”¹⁰⁸.

O então Presidente do Conselho que substituiu Oliveira Salazar, no seu «Depoimento» continua a descrever a deficiente preparação dos militares para actuarem em guerra subversiva, afirmando:

“Homens mal instruídos e mal enquadrados, portando. A instrução era dada por oficiais milicianos inexperientes e por outros do quadro permanente vindos há pouco do Ultramar e que passavam alguns meses na Metrópole para ao Ultramar regressarem, cansados e ansiosos por repouso total. Este era o grande problema: a fadiga dos quadros permanentes”.

Segundo revelou o Prof. Marcelo Caetano, “Nas províncias ultramarinas onde se desenrolavam operações havia um comandante-chefe para cada uma, coordenador dos comandos do exército, da marinha e da força aérea. Quando fui visitar o Ultramar em 1969 (...) verifiquei que os comandantes-chefes não disponham de quartel-general (mas de um simples gabinete) nem poderes de chefia, limitando-se à função de coordenar os três ramos e de obter dos respectivos comandos a cooperação em operações conjuntas”¹⁰⁹



Em 24 de Novembro de 1960, com a reorganização territorial das forças terrestres, foi criado o Comando Territorial Independente da Guiné.

Embora se considere que a Guerra Colonial, no que à Guiné-Bissau diz respeito, começa em 1963, esta é a fase a partir da qual nunca mais houve tréguas. Mas o certo é que existiram alguns ataques esporádicos antes de 1963. Há notícias que revelam ter havido um ataque, por um grupo de guerrilheiros, ao aquartelamento de São Domingos, a 21 de Julho de 1961, tendo havido quatro militares portugueses feridos; acções de sabotagem, no dia 3 de Agosto daquele ano; em 13 de Março de 1962, a PIDE prendeu, em Bissau, os dirigentes do PAIGC Rafael Barbosa e Fernando Fortes.

O PAIGC justificou a guerra de guerrilha pelo facto de o Governo português nunca ter querido negociar uma solução pacífica para satisfazer os sentimentos nacionalistas que tinham vindo a enraizar-se em certos sectores da população muito mais politizada, vivendo nos centros urbanos, especialmente os dirigentes do movimento de libertação que tinham estudado na Metrópole, como foi o caso do fundador daquele movimento, o Eng. Agrónomo Amílcar Cabral.

Por sua vez, o Governo português, primeiro com Oliveira Salazar, depois com Marcelo Caetano, fundamentou a guerra porque se viu na obrigação de defender, a todo o custo, a Colónia como território inalienável, com outro argumento que foi o facto de a guerrilha ter partido de países vizinhos: Senegal e Guiné-Conacri.

¹⁰⁸ «Depoimento», página 171, Marcelo Caetano, Distribuidora Record de Serviços de Imprensa, S.A. 1974

¹⁰⁹ . Idem, página 173.

Daí a persistência nacionalista do PAIGC e a teimosia colonial do Governo ditatorial português, que só acabaram porque houve o 25 de Abril de 1974 em Portugal. Mas uma coisa é certa, ambas as partes actuaram atacando e defendendo-se.

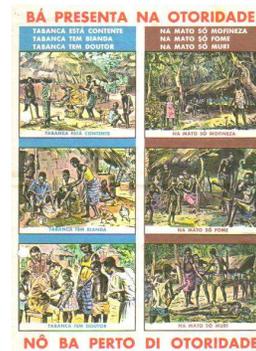
Apesar das características específicas orográficas, climatéricas, a dispersão das Tabancas e as várias frentes de combate do PAIGC, que tornaram a guerra colonial na Guiné numa das mais difíceis de superar, esta não teve a dimensão e *modus operandi* que os relatos mostram dos primeiros acontecimentos de Angola,



em 1961. Mas a Guiné não se livra de ter sido considerada como o «Vietname português»!

A acção psicologia foi uma das vertentes que, a partir de certo tempo, esteve presente na guerra do Ultramar. Também aconteceu na

Guiné.



Tal como o PAIGC procurava atrair para seu lado as populações, usando diversos atractivos de natureza social, também as tropas portuguesas não poupavam esforços com o mesmo objectivo, não faltando panfletos, como os aqui reproduzidos.

Fases da guerra - A visão da realidade do teatro de operações em que as Forças Armadas portuguesas se envolveram na Guiné, entre 1963 e 1974, está essencialmente na experiência própria de cada participante activo nas movimentações militares da respectiva frente de combate e nos apoios de retaguarda.

Mas para termos uma ideia mais completa de todo o panorama no desenrolar das operações de ambos os lados em confronto é imprescindível ter presente os relatos das acções evolutivas de guerrilha, e suas dificuldades, com os meios humanos e material de guerra do PAIGC. Esse conhecimento geral obtém-se no livro de Luís Cabral. Algumas passagens do seu livro constam do capítulo anterior que designei por O Movimento de Emancipação dos Guineenses.

Quem participou na guerra colonial da Guiné e ler aquele livro, certamente identificará acções e combates levados a efeitos pelo PAIGC, ou pela tropa portuguesa, os quais constituem o contraponto do lado contrário. Ou seja, apesar das informações que o Inimigo (IN), leia-se PAIGC, tinha acerca de algumas movimentações militares do lado português - o contrário também é verdade - o certo é que a realidade de ambos os lados da barricada não era conhecida em toda a sua dimensão.

Se é verdade que o PAIGC teve de adoptar vários modelos de tática para corresponder aos crescentes efectivos militares portugueses que estavam ou se instalaram em todos os centros urbanos, com destacamentos em localidades de maior risco, não há dúvida de que as Forças Armadas portuguesas também tiveram de adaptar-se à evolução tático-militar do PAIGC, especialmente à medida que este abria novas frentes de combate e modernizava o armamento.

Também não se deve ignorar que a estratégia militar portuguesa teve muito a ver com as perspectivas de cada Governador e do Comandante-Chefe das Forças Armadas, funções bipartidas por duas entidades até 1964.

Quando o PAIGC iniciou a guerrilha, as funções de Governador da Guiné eram exercidas pelo Comandante Vasco Rodrigues, e as de Comandante-Chefe das Forças Armadas pelo brigadeiro Louro de Sousa. Mas, no dia 8 de Maio de 1964, o Brigadeiro Arnaldo Schulz foi nomeado Governador-Geral e Comandante-Chefe, passando a acumular as duas funções, modelo que se manteve até ao fim da guerra.

No dia 2 de Maio de 1968, chegou à Guiné o General António de Spínola, nomeado Governador-Geral e Comandante-Chefe, exercendo, depois, novas competências promovidas por Marcelo Caetano.

Seguiu-se, a 25 de Agosto de 1973, o General Bettencourt Rodrigues, nomeado Governador-Geral e Comandante-Chefe, substituindo António de Spínola que já tinha regressado à Metrópole no dia 6 daquele mês de Agosto.

Foi a partir da reorganização dos comandos-chefes, pelo Dec-Lei nº 49.107 de 7 de Julho de 1969, que estes “passaram a ser, nas respectivas províncias, os responsáveis pelas operações militares, funcionando os comandantes militar, naval e aéreo como seus adjuntos, com competência sobretudo nos domínios logístico e orgânico”.

No fundo, desde o início da guerra até 1974 as Forças Armadas Portuguesas tiveram de adaptar-se a orientações diferentes conforme as circunstâncias o exigiram e de acordo com a visão estratégia dos principais responsáveis político-militares.

Certamente nos primeiros meses as chefias militares não tiveram tempo de definir estratégias para além das acções de defesa aos ataques do PAIGC e de retaliação a estes, embora conscientes da dificuldade de fazer frente a uma guerra de guerrilha preparada com bastante antecedência e actuando de surpresa em locais distintos e imprevisíveis.

Já o Brigadeiro Arnaldo Schulz optou por uma táctica convencional na perspectiva de ganhar a guerra pela força das armas, considerando que a Guiné era e continuaria a ser sempre portuguesa, tal como ditava o pensamento do Presidente do Conselho, Oliveira Salazar.

Com a situação militar a agravar-se, António de Spínola depara-se não só com uma situação militar desfavorável para Portugal, mas também com condições sociais e económicas degradáveis. Mudou a estratégia militar e promoveu empreendimentos públicos e sociais, nomeadamente na educação e saúde, tendo em vista enfraquecer a base de apoio do PAIGC que, anos antes, tinha implementado nas zonas libertadas. No fundo, a nova política visava resolver a guerra pela via política, para o que procurou negociar com alguns dirigentes do PAIGC.

O último Governador-Geral, Bettencourt Rodrigues, nos oito meses que esteve à frente dos destinos portugueses na Guiné, pouco mais teria que fazer senão conter até onde foi possível as intervenções da guerrilha cada vez mais forte e dominando mais áreas do território.

É difícil, senão impossível, definir com clareza e bem demarcados no tempo períodos da guerra colonial na Guiné-Bissau.

Se atendermos apenas aos mandatos de cada Governador-Geral/Comandante-Chefe, corremos o sério risco de desprezar as diferentes evoluções empreendidas pelo PAIGC ao longo dos onze anos de guerrilha. Se tivermos em conta apenas as metamorfoses que o PAIGC empreendeu, estas ficam desarticuladas com as adaptações introduzidas pela tropa portuguesa como forma de adaptação às circunstâncias surgidas com as táticas da guerrilha nas várias frentes de combate.

Independentemente de se não saber qual dos dois exércitos teve mais influência nas mudanças táticas no teatro de operações, atrevo-me a conjugar a influência de ambos, definindo quatro fases da guerra colonial na Guiné, tendo em conta os factores que mais se aproximam.

Assim, temos como **PRIMEIRA FASE**, o tempo decorrido entre o início da guerra (23 de Janeiro de 1963) e o primeiro semestre de 1964; uma **SEGUNDA FASE** abrange grande parte do ano de 1964, 1965, 1966, 1967 e primeiros meses de 1968; a **TERCEIRA FASE** vai desde Maio de 1968 até Setembro de 1973; a **QUARTA FASE**, e última, vai de Setembro de 1973 até ao fim da guerra.

Primeira Fase - O tempo decorrido entre o início da guerra e o primeiro semestre de 1964 durou cerca de um ano, coincidindo com o mandato de Louro de Sousa e de Vasco Rodrigues. Pode ser caracterizado como período de estágio ou de adaptação na arte da guerra de guerrilha, quer por parte do exército português, quer do PAIGC, pondo à prova a capacidade dos responsáveis militares distribuídos pelas frentes de batalha.

O dia 23 de Janeiro de 1963 serve de marco histórico no início da luta armada, levada a cabo pelo PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde. O alvo primeiro foi o quartel português de Tite, sede administrativa da circunscrição de Fulacunda, a Sul do rio Geba. E as primeiras emboscadas tiveram lugar em Bedanda, a Leste do Rio Tombali.

Nessa altura, o dispositivo das tropas portuguesas no território correspondiam a sete batalhões, cujos quartéis localizavam-se em Bissau, Bula, Mansoa, Bafatá, Tite, Buba e Catio.

O evoluir da guerra e as características do terreno com o litoral bastante recortado, bem como uma grande rede hidrográfica de rios foram determinantes para que, algum tempo depois, os comandos militares portugueses optassem por dividir o território em três sectores e a instalação de mais dois batalhões: um em Farim e o outro em Bolama.

Os sectores eram constituídos pelas seguintes zonas:

Zona Norte, abrangendo Bissau, Cachungo (Teixeira Pinto), São Domingos, Farim e Morés (região do Oio);

Zona Sul, abrangia Fulacunda (região de Quinara), Cubisseco, Catió, Cantanhez e Quitafine;

Zona Leste, cobria Bafatá, Gabu (Nova Lamego), Madina, Pirada e Buruntuma.

O número de unidades militares (Companhias) que estavam distribuídas pelo território era: em 1962, 12; em 1963, 27.

O grande número de bolanhas e zonas com floresta densa tornaram-se fortes obstáculos para a tropa portuguesa evoluir no terreno. Estas características, associadas ao clima obrigaram a um modelo de operações militares de duração muito curta, que regra geral era de um dia, mas poderiam ser dois ou três.

Passados apenas dois meses do início da guerra, o PAIGC apoderou-se de dois navios (Arouca e Mirandela), junto a Cafine (Sul da Guiné), depois usando-os como apoio entre aquela zona e a Guiné-Conacri. Também naquele curto período de tempo, o piloto militar português, Jacinto Veloso, desertou, tendo aterrado o avião na Tanzânia.

Mas as operações militares portuguesas, terrestres e aéreas, continuavam para fazer frente às investidas dos guerrilheiros do PAIGC, ao ponto de, em 9 de Abril, terem bombardeado uma aldeia junto à fronteira do Senegal, cujo governo comunicou o caso ao Conselho de Segurança da ONU.

A guerra decorria há cinco meses, enquanto, na Metrópole, o Ministro de Estado, Dr. José Gonçalo Corrêa d'Oliveira, deslocava-se a Braga para aí comemorar a data querida do regime ditatorial: 28 de Maio de 1926. Começou por invocar os “«Portugueses, onde quer que seja terra de Portugal: 28 de Maio, e estamos em Braga. Ao que viemos aqui?»

Mais adiante reitera o “voto de fidelidade ao que é da essência de Portugal” e questiona: “Quem, em Angola, em Moçambique, em Timor, em Macau, na Guiné, do Minho à Índia, quem de entre os portugueses se negará a fazer e a cumprir este voto? (...) O país sabe, pela experiência destes dois anos, que as suas Forças Armadas não consentirão nunca que em terras portuguesas de África se instale um governo estrangeiro. O Exército português destruiu o mito da invencibilidade do terrorismo e só ainda o não aniquilou porque a sua fonte se encontra para além das fronteiras”¹¹⁰.

Em Junho, a guerrilha actuou em Xime (muito próximo de Bambadinca).

No dia 17 daquele mês, o Imperador da Etiópia, Hailé Selassié, enviou uma carta ao Presidente do Conselho, Oliveira Salazar, acerca das posições das Nações Unidas contra a política ultramarina de Portugal.

A determinada altura da carta, o Imperador refere:

“A Assembleia Geral das Nações Unidas tem recomendado a Portugal, em diversas ocasiões, que conceda a independência aos povos de Angola e Moçambique a fim de que se tornem senhores do seu destino. A Etiópia, cónscia do facto de que Portugal atribui um alto valor à liberdade e convencida de que Portugal concederá a independência aos povos de Angola e Moçambique, tem apoiado confiadamente as resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A questão das colónias portuguesas foi novamente levantada durante a histórica Conferência Africana em alto nível realizada na nossa capital, a cidade de Adis-Abeba, em Maio deste ano. Na Conferência em alto nível os Chefes dos Estados e dos Governos africanos concordaram unânimemente em que Portugal deve conceder independência às suas colónias (...) recordando os velhos laços históricos entre os nossos dois países e convencidos de que Portugal concederá independência aos

¹¹⁰ Discurso editado pelo SNI, «Assim o Manda Portugal», 1963.

povos sob seu domínio colonial, resolvemos, com o propósito de dirigir um apelo final ao Governo de V. Ex.^a endereçar-lhe esta carta e enviar-lhe um representante especial. Esperamos confiadamente que V. Ex.^a e o seu Governo tomarão em devida consideração o nosso pedido e verão a possibilidade de cumprir as resoluções adoptadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e da Conferência em alto nível dos Chefes dos Estados e dos Governos Africanos”.

O Presidente do Conselho respondeu no dia 29 do mesmo mês, numa extensa carta afirmando:

“Deu-me Vossa Majestade grande honra ao dirigir-me a Vossa mensagem pessoal (...) eu posso acrescentar que, em resultado da extensão do ensino, tem aumentado progressivamente o número de autóctones nos quadros políticos e administrativos das Províncias, a ponto de, na Guiné Portuguesa, a média de representantes efectivos ser actualmente de 49,5% e de representantes substitutos ser de 54,5% (...) não queria terminar esta enumeração sem referir a Vossa Majestade que, ao mesmo tempo que promulgamos estas reformas, temos produzido enorme esforço no sentido de assegurar o bem-estar económico e social das populações, bem como para dotarmos os Serviços de Saúde dos quadros e do equipamento material necessários (...) a Nação Portuguesa e o seu Governo muito lamentariam qualquer interrupção de tais relações; e ambos se regozijariam, pelo contrário, de poder continuar a contar com a confiança de Vossa Majestade Imperial. Essa confiança é que é susceptível de dar frutos, como sempre acontece quando as Nações e os Governos se respeitam apesar das divergências, porque se entendem quanto aos objectivos finais. Tenho a honra de apresentar a Vossa Majestade Imperial os protestos da minha mais elevada consideração”¹¹¹.

No mês de Julho explodia o primeiro foinho¹¹² na estrada que liga São João a Fulacunda, na zona Sul e, na mesma altura, também em São João, rebentou a primeira Mina Anti-carro.

Naquele mês, o Senegal cortou relações diplomáticas com Portugal, com proibição de circulação de pessoas e mercadorias na fronteira com a Guiné e, a 23 de Agosto, é interdito o espaço aéreo daquele país a aviões procedentes ou com destino a Portugal e à África do Sul. Entretanto o jornal francês Le Monde noticiou ter havido um contacto de Benjamim Pinto Bull, secretário-geral da UNGP- União dos Naturais da Guiné, com autoridades portuguesas tendo em vista criar uma autonomia para a Guiné.

Na Metrópole, apesar das críticas do marechal Craveiro Lopes a alguns aspectos da política ultramarina, não faltavam manifestações de apoio ao Governo por parte de organismos internos fidelíssimos apoiantes do regime. No dia 23 de Agosto, representantes das Força Armadas dirigiram-se ao edifício da Assembleia Nacional, em cujos Passos Perdidos, o Presidente do Conselho discursou dizendo:

“É neste espírito que, ao terminar, chamo por todos aqueles que, trabalhando, lutando em qualquer recanto de Portugal para defendê-lo, têm o direito de estar aqui, vivos ou mortos, para que os saudemos como os melhores de todos nós”.

¹¹¹ , «Relações Diplomáticas entre Portugal e a Etiópia», texto das cartas trocadas entre o Imperador Hailé Selassié e o Presidente do Conselho de Portugal, Dr. Oliveira Salazar, S.N.I, Junho de 1963.

¹¹² Foinho, em linguagem militar, é uma caixa de pólvora ou outro material explosivo que é enterrada para se fazer explodir.

E, no dia 27 do mesmo mês, uma manifestação nacional, também de apoio à política ultramarina, teve lugar do Terreiro do Paço, tendo Salazar proferido mais um discurso à medida das circunstâncias:

“Os pais e as mães dos portugueses, que estão aqui, em júbilo ou em lágrimas, nada vêm pedir, mas oferecer, em holocausto à Pátria, o sangue do seu sangue e o mais puro dos afectos”¹¹³.

Como é próprio da hipocrisia dos ditadores, estando prestes a findar o ano de 1963, já com dois teatros de guerra em expansão, os membros do Governo de Oliveira Salazar desdobravam-se em conferências para defesa das Províncias Ultramarinas e, de certo modo, menosprezando a luta armada que decorria em Angola e na Guiné.

No dia 2 de Novembro daquele ano de 1963, o Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina, Dr. Silva Cunha, deslocou-se a Braga tendo proferido um discurso na Delegação da Sociedade Histórica da Independência de Portugal. Ao longo do discurso salientou:

“A África anda, desde o fim da guerra, na primeira página dos jornais de todo o Mundo (...) começou-se por minar as posições tradicionais dos estados europeus, promovendo para esse fim campanhas de ódio e subversão. Assim se conseguiu expulsá-los da África (...) Portugal é também um país africano e, por isso, não posso deixar de me referir, a propósito dos problemas actuais da África Negra, ao caso português, até porque, como africanos que também somos, temos de estar atentos à crise que a África atravessa, muito embora o bom senso que tem presidido à política portuguesa tenha evitado que lhe sofrêssemos todos os efeitos. Na verdade, das cinco parcelas africanas de Portugal, três estão em paz completa e as outras duas, se sofrem periféricamente os efeitos da desordem quase geral do continente, continuam, como as outras, a trabalhar com a tranquilidade possível e a decisão serena, mas forte, de quem está em sua casa, embora tendo de suportar as impertinências de vizinhos incómodos. Ainda recentemente a viagem do Chefe do Estado a Angola e S. Tomé o demonstrou irrefutavelmente (...) Os territórios portugueses de África hão-de continuar a progredir (...) a nossa presença acabará por ser reconhecida necessária e útil. Oxalá Deus ilumine depressa os homens, para que a África se não perca”¹¹⁴.

Durante grande parte do ano de 1964 a guerrilha continuou a actuar essencialmente no Sul do território, embora também com acções a norte do Rio Geba, sem dar tréguas à tropa portuguesa.

No Boé (Sul do território) existiam quartéis portugueses em Madina e Belti e um posto em Chéché para defesa da jangada que assegurava a ligação com o quartel de Gabu. Tanto em Madina como em Belti havia uma pequena pista para pequenos aviões. As condições eram difíceis e os soldados portugueses passavam grande parte do tempo em abrigos.

A base forte do PAIGC era Morés (Norte do território) que foi bombardeada pela primeira vez em Outubro de 1963. Mas apesar de existirem à volta de Morés vários quartéis portugueses foi impossível tomar aquela base ao PAIGC nos primeiros tempos da guerra.

¹¹³ «Temos também o dever de ser orgulhosos dos vivos», Lisboa 1963.

¹¹⁴ «Problemas Actuais da África Negra», J. M. da Silva Cunha, Agência-Geral do Ultramar, Lisboa, 1963.

Em Janeiro de 1964, fugiram de Bissau alguns dirigentes do PAIGC e foi decidido pela autoridades militares portuguesas a ocupação da Ilha do Como, na zona Sul, planeando para o efeito a «Operação Tridente».

A Operação desenrolou-se em três fases, sob o comando de Fernando Cavaleiro:

- A primeira iniciou-se no dia 15 de Janeiro, com desembarques de militares em vários locais da costa, apoiados pela Força Aérea e por Artilharia a partir de Catió. Um avião T-6 foi atingido por disparos do PAIGC;
- A segunda fase, de 17 a 24 daquele mês, tratou-se de patrulhamentos nas ilhas de Como, Catungo e Cair.
- A terceira fase decorreu entre 24 de Janeiro e 24 de Março, com concentração dos esforços militares na ilha de Como, onde tiveram lugar ataques de parte a parte muito intensos. Na mata de Cachil, na região de Uncomené foi onde se deu “o maior combate que se iniciou às 6 horas e terminou às 16, tendo o PAIGC sofrido 40 baixas”¹¹⁵

Segundo Luís Cabral, foram “setenta e dois dias de intenso combate”. Mas não correu de feição para a tropa portuguesa, tendo sofrido a primeira grande derrota, um ano depois do início da guerra, com a superioridade militar do PAIGC, dirigida por Nino Vieira, que já tinha morteiros de 82mm. As forças portuguesas viram-se obrigadas a se retirarem definitivamente da ilha de Como, que passou a ser a primeira localidade libertada na posse da guerrilha, tacitamente reconhecida pela chefia militar portuguesa.

Nesta fase da guerra, a tropa portuguesa deparava-se com acções de destruição de pontes para dificultar a circulação, como foi o caso de uma ponte construída a betão nos arredores de Cabedu (no Sul do território), cuja preparação e rebentamento foram filmados por uma equipa francesa chefiada por Mário Marret, vinda de propósito para filmar as acções terroristas do PAIGC.

Entretanto, em Lisboa, no dia 23 de Maio, o Subsecretário de Estado, Silva Cunha, proferia uma conferência no Liceu D. Manuel II, no Porto, para encerramento da III Semana Missionária, organizada pelos núcleos masculinos de estudantes da Liga Intensificadora da Acção Missionária, começando o seu discurso com:

“O tema que vou desenvolver denomina-se «Aspectos Políticos da Nova África». Mais adiante afirmou: “Perante esta conjuntura, Portugal transformou-se efectivamente num caso único – como potência europeia que exerce soberania sobre territórios africanos e não está disposta a abandoná-los (...) Nacionalismo, movimento nacional, são expressões que derivam da palavra nação. Poderá dizer-se que, em sentido rigoroso, há nações africanas? (...) não se pode falar com propriedade em nacionalismos ou movimentos nacionais relativamente à África, pois não há nações africanas (...) A organização dos movimentos pró-independentistas foi da iniciativa das minorias ocidentalizadas, ou seja, culturalmente não africanas. Uma vez conquistado o poder, os novos governantes encontraram os mesmos problemas que se deparavam aos colonizadores: a divisão política, cultural e étnica das populações, o subdesenvolvimento económico, o atraso cultural. Mas se os problemas são os mesmos, os meios de que dispõem para os resolver é que são muito mais limitados. Aos novos governantes faltam, além da experiência, os capitais e os técnicos. Para suprir essas faltas e justificar o recurso a métodos de acção de que antes da

¹¹⁵ In «Guerra Colonial, Angola – Guiné – Moçambique, Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, publicado em fascículos pelo Diário de Notícias (Lisboa), 1998(?)».

independência se acusavam os colonizadores, como, por exemplo, o trabalho forçado, procuram manter bem aceso o espírito de luta pela exploração do sentimento de hostilidade contra os antigos colonizadores”. Ao terminar o discurso salientou: “Nós temos, porém, a convicção de que a política portuguesa ultramarina se identifica com os valores perenes da civilização e que não há interesses legítimos que nela não tenham o melhor acolhimento. Por isso, confiamos no futuro”¹¹⁶

No dia 28 daquele mês de Maio, na sessão comemorativa do 28 de Maio de 1926, realizada no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, o Ministro de Estado, Dr. José Gonçalo Corrêa D`Oliveira, proferiu um discurso intitulado «Por Que Resistimos e Haveremos de Vencer». Ao longo do discurso afirmou:

“A acção de guerra contra as fronteiras portuguesas não deriva de um atrito de ocasião criado localmente, tão pouco de um diferendo ou mal entendido da nossa política externa que pudesse ser regulado por via de negociação ou esclarecimento no plano internacional (...) ao cabo de três anos de luta e experiência, a nossa resposta não será já baseada na avaliação teórica de recursos e potencialidades mas na lição dos factos (...) não teria sentido nem se justificaria o esforço humano e material que a defesa nos impõe se Portugal não fosse, a um tempo, todo o território da Nação e cada uma das partes que o constitui. Só isso explica que para defender Angola, a Guiné ou qualquer outra das parcelas do País, toda a Nação seja chamada a jogar a sua força e a sua sorte”.

Terminou o discurso assim:

“E neste 28 de Maio, dia do Corpo de Deus, que o nosso juramento mais uma vez seja o de mantermos íntegro e puro e forte e belo o corpo da Pátria”¹¹⁷.

Segunda Fase - O período de tempo, que decorre entre Maio de 1964 e os primeiros meses de 1968, coincide com o mandato do General Arnaldo Schulz como Governador-Geral e Comandante Chefe das Forças Armadas da Guiné.

Da parte do PAIGC, coincide com a nova organização militar decorrente de uma grande reestruturação decidida no I Congresso (de 13 a 16 de Fevereiro de 1964). Foi a partir deste congresso que resultou a decisão de introduzir alterações substanciais na organização militar, criando as Forças Armadas Revolucionárias do Povo (FARP), organizadas em três ramos distintos: Exército Popular, Guerrilha e Milícia.

Com esta nova organização militar, coube ao Exército Popular uma missão muito importante que foi abrir novas frentes de luta no Norte e no Leste do território. Esta mudança só por si motivou alterações substanciais quer no PAIGC, quer nas Forças Armadas portuguesas que tiveram de equacionar aumento de efectivos militares e a instalação de novos quartéis nas novas zonas de combate.

Tal como havia acontecido nas províncias de Angola e da Guiné, em Setembro de 1964 abre-se mais uma frente de combate em Moçambique quando a FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique iniciou a luta armada. Constituiu mais uma dor de cabeça para o Estado Novo, tanto mais que, dois meses depois, a 25 de Novembro, a Organização da Unidade Africana (OUA) reconheceu o MPLA como único representante legítimo do povo de Angola.

¹¹⁶ «Aspectos Políticos da Nova África», Agência-Geral do Ultramar, Lisboa –1964.

¹¹⁷ «Por Que Resistimos e Haveremos de Vencer», S.N.I.

Apesar das três frentes de combate para alimentar com meios humanos e armamento, Salazar mantém intacta a política ultramarina e a eliminação dos que se manifestam contra tal política, como aconteceu com o assassino de Humberto Delgado, pela PIDE, em Fevereiro de 1965, em Espanha.

Em 18 de Fevereiro daquele ano de 1965, Salazar fez um discurso aquando da tomada de posse da comissão executiva da União Nacional, intitulado «Erros e fracassos da era política», onde defende e explica a posição oficial da função de Portugal no Mundo, bem como o sentimento da luta defensiva no Ultramar.

Em Março e Abril de 1965, a Emissora Nacional enviou à Guiné o jornalista Amândio César a fim de efectuar uma reportagem para aquela Emissora. O relato, ou parte, dessa reportagem foi transcrita no livro «GUINÉ 1965: CONTRA-ATAQUE», Editora PAX, Braga 1965, da autoria do referido jornalista.

O livro mais não é senão uma encomenda do regime do Estado Novo, pró-guerra do Ultramar, defendida com vigor por Salazar e seus satélites políticos. Refere o jornalista que o convite fora-lhe dirigido pelo Ministério da Defesa Nacional, através do Serviço de Informação das Forças Armadas.

A reportagem coincidiu com o primeiro ano de mandato do General Schulz como Governador. Amândio César refere-se a este nos seguintes termos:

“Um ano de governo modificou a face das coisas: das que respeitam à tropa e das que respeitam à vida da província. Homem realista, com experiência da governação na Metrópole e com experiência da guerra em África, em Angola, o General Arnaldo Schulz foi o homem certo para um momento certo (...)”

O repórter refere que percorreu toda a Guiné, mas nada do que viu corresponde à propaganda do PAIGC, relativamente ao controlo de parte do território. Até esteve na Ilha de Como que, cerca de um ano antes, tinha sido abandonada pelas Forças Armadas portuguesas, onde tinha obtido uma derrota. E refere:

“Pois bem – a equipa da Emissora Nacional esteve no sul da Guiné, visitou a ilha de Como e lá, esteve em Cachil, sem necessitar de passaporte ou salvo-conduto dos terroristas de Amílcar Cabral. Nem mais, nem menos. E quem duvidar, que vá lá que também não terá necessidade de passaporte ou de salvo-conduto”.

Amândio César também esteve em Bissorã, mas por aquilo que descreve não foi além da Pista de aeronaves e da Estação Zootécnica. Não esteve em nenhuma «casa de mato» dos guerrilheiros do PAIGC, nem participou em qualquer Operação, com percurso nocturno, a pelo menos uma zona periférica daquela vila, passível de emboscadas e contacto com o inimigo. Fazer uma reportagem como fez a Emissora Nacional, visitando os locais onde estavam instalados os quartéis das forças portuguesas, não era façanha nenhuma.

Acerca de Bissorã refere Amândio César:

“Em Bissorã tomo contacto com outro aspecto da Guiné que é portuguesíssimo: a eficiência real da M. P. que pode ser uma solução ou uma derivação para as proezas dos *blufos*. Efectivamente é na festa da circuncisão que os moços balantas contam as suas proezas que vão do latrocínio requintado até toda a espécie de tropelias que qualquer código do mundo considerará repelentes (...) Um outro aspecto de Bissorã ligado às actividades da M. P. é o do ensino. Visito uma escola com 159 alunos

matriculados e cumprimento o seu professor – Jacinto da Costa que é natural de Bula (...).”

Desfile da Mocidade Portuguesa.
em Bissorã, 1966



O repórter esteve no Olossato, partindo no dia seguinte de Bissau por via aérea:

“No dia seguinte, pendularmente, lá estava a carrinha com o balanta Adriano, impecável na sua farda branca da Marinha, para nos levar ao aeroporto. Era o início de mais uma jornada, quase ao romper do sol com destino ao Olossato (..)”¹¹⁸.

No livro, ao encerrar a descrição sobre o que viu na Guiné, Amândio César refere:

“Chego ao fim do relato da minha viagem à Guiné. Devo ao Ministério da Defesa e aos Serviços de Informação das Força Armadas este maravilhoso contacto com uma terra de extraordinário sortilégio, na qual se trava, por certo, a mais dura luta pela manutenção da nossa soberania. Viajei em aviões militares, em «jeeps», em lanchas de vigilância e em botes de borracha. Não houve terra, povoação, unidade militar que não nos fosse mostrada abertamente. Nada nos foi ocultado, nada nos foi vedado e de tudo tenho vindo a dar nota, sobretudo no intuito que presidiu à minha ida: esclarecer o grande público sobre esta guerra, dizer ao grande público o que é boato derrotista e verdade meridiana, ainda que dura.

A nossa posição, ao partirmos, estava certa e, depois de nós, outros partiram também, da TV e da Imprensa, da grande Imprensa diária”.

Entretanto, no real teatro de operações onde Amândio César não foi, a guerrilha mostrava-se mais activa e com material de guerra ligeiro mais moderno do que o usado pelos militares portugueses, apesar destes usarem as duas armas mais eficazes que tinham: o bombardeamento com aviões e os obuses.

Em Maio, o PAIGC promoveu um grande ataque ao quartel localizado em Beli (Leste do território), durante três horas, usando metralhadoras, morteiros e lança-granadas-foguete. Por sua vez, as forças portuguesas promoveram um ataque à zona de Morés, tendo destruído um acampamento e capturado vários material de guerra, nomeadamente metralhadoras e pistolas-metralhadoras.

No mês seguinte, o PAIGC, usando grande poder de fogo com armas automáticas, morteiros e lança-granadas-foguete, fizeram um forte ataque ao quartel de Canjambari (Leste de Farim). Mas os militares portugueses destruíram um acampamento na região de Tite, tendo capturado diverso material de guerra, nomeadamente espingardas Mauser e pistolas-metralhadoras M-25.

No mês de Setembro do mesmo ano de 1965, em Lisboa, a PIDE encerrou a «Casa dos Estudantes do Império» por razões políticas, na medida em que o Governo considerava que ela servia para desenvolver actividades de propaganda contra o

¹¹⁸ «GUINÉ 1965: CONTRA-ATAQUE», Amândio César, Editora PAX., Braga 1965.

Estado, e o General Arnaldo Schulz, ao deslocar-se a Lisboa, afirmou que “a Guiné jamais deixará de ser portuguesa”.

Em Dezembro, a OUA reconhece o PAIGC - Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde como o representante do povo da Guiné-Bissau e promete-lhe auxílio logístico e diplomático. Nessa sequência, a guerrilha incentivava-se cada vez mais, levando o novo Governador, Arnaldo Schulz, a introduzir alterações operacionais. Acabou com os comandos de sector, que antes tinham sido criados, e instalou progressivamente mais cinco batalhões, um em cada das seguintes localidades: São Domingos, Teixeira Pinto, Mansabá, Bambadinca e Nova Lamego. No conjunto das unidades (Companhias), distribuídas por todo o território, eram 47, em 1964, e 66, em 1966.

Não pararam as tomadas de posição de organizações sedeadas fora de Portugal contra a política ultramarina. Em Janeiro de 1966, a Associação dos Estudantes Portugueses da Universidade de Lausana (Suíça) aprovou uma declaração considerando que Portugal é o responsável pela Guerra Colonial em Angola, Guiné e Moçambique.

Companhia de Artilharia (CART) 1525 - O Regimento de Artilharia de Costa (R.A.C.), em Oeiras, como Unidade Mobilizadora, instalou a Companhia de Artilharia nº 1525 na 1ª Bateria, localizada na Parede, donde partiria com destino à Província da Guiné.

Assim foi decidido, assim aconteceu naquele dia 20 de Janeiro de 1966, pelas 12 horas, no Cais da Rocha de Conde de Óbidos.

À medida que o pacote «UÍGE» se afastava e o Hino Nacional tocava, ficaram no Cais os familiares de alguns que partiam para terra desconhecida - desconhecida da história recente da guerra e da realidade da guerra que iriam enfrentar - bem como a hierarquia militar, aprumada e bem fardada, sem mácula alguma de sinais da Guerra Colonial.

Mas em terra firme, mais para o interior da capital da grande Metrópole, também ficaram, comodamente instalados nos Palácios com polícias de segurança à porta, os principais responsáveis pela política ultramarina que desembocou na malfadada Guerra do Ultramar.

«Cais da Rocha de Conde de Óbidos»
E o Pacote “UÍGE”
20/01/1966



Eram 161 tantos quantos compunham o elenco da CART 1525 (5 Oficiais, 17 Sargentos e 139 Praças), originários dos mais diversos Distritos de Portugal, incluindo a Madeira.

O maior número era do Porto, seguindo-se Vila Real, Lisboa, Viseu, Braga, Aveiro e Leiria. Os restantes Distritos apenas marcam um dígito. Do meio do Atlântico, da Madeira – muito perto da África, distante 796 quilómetros de Casablanca - apenas eu.

No fundo, a multiplicidade de naturalidades não tiveram qualquer obstáculo no convívio e camaradagem durante todo o tempo em que permanecemos no teatro de operações.

Pelo contrário, foi um factor de coesão que ainda hoje permanece intacto, como provam os convívios anuais.

Naturalidades

DISTRITO	Nº
Aveiro	10
Beja	6
Braga	11
Bragança	9
Castelo Branco	4
Coimbra	6
Évora	9
Faro	2
Guarda	3
Leiria	10
Lisboa	16
Portalegre	3
Porto	25
Santarém	7
Setúbal	2
Viana do Castelo	4
Vila Real	22
Viseu	11
Madeira	1
TOTAL	161

Seis dias a navegar, com os três primeiros com mar revoltoso com tal ondulação que nem os passatempos a bordo evitaram o recurso ao camarote. Apenas o mar calmo da costa africana fez, pouco a pouco, o retorno ao convés até avistar a linha da costa verdejante da Guiné desconhecida.

A chegada à Guiné – O dia 26 de Janeiro de 1966, corresponde ao terceiro aniversário – com diferença de três dias - do início da guerra movida pelo PAIGC. Três anos de guerra constituíam já o tempo suficiente para lançar muitas apreensões do que se iria encontrar nas operações militares nas zonas que também eram, obviamente, desconhecidas. Eram também desconhecidas não só as características da localidade onde seria instalada a Companhia, mas também as das instalações militares que serviriam de quartel. Seriam em localidades habitadas? No meio do mato, em precárias condições? Felizmente, quer em Mansoa, quer em Bissorã, o ambiente de guerra parecia esbatido pela característica urbana e social da categoria de vila que ambas tinham. Tanto mais que, ao contrário do que aconteceu com outras Companhias, a CART 1525 não foi chamada a construir qualquer quartel de raiz na região do OIO.



Como Companhia independente, a CART 1525, com nome de guerra «**OS FALCÕES**», após o desembarque ficou adida ao Batalhão de Caçadores (BCAÇ) 1857, aquartelado em Santa Luzia (Bissau). Mas claro que em Bissau só ficavam a prestar serviço alguns militares, cujo privilégio tinha sido determinado pela sorte ou pela força da cunha.

Mesmo tratando-se de um quartel na capital, as instalações tinham muitas deficiências, como relata o Coronel Piçarra Mourão, comandante da Companhia, infelizmente já falecido¹¹⁹:

“as condições locais para acolhimento do pessoal eram pouco favoráveis. Fomos confrontados com instalações precárias, camas e colchões impraticáveis, poucos locais

¹¹⁹ «Guiné Sempre! Testemunho de uma Guerra», Edição: Quarteto Editora, Coimbra, Abril de 2001.

de acesso a água potável, reduzido número de mosquiteiros para as praças existentes, etc”.

Foi em Bissau que a Companhia recebeu a dotação de armamento: as tão usadas G 3. “E verificamos logo do seu grau de inoperacionalidade. Gastas, maltratadas. Cerca de 40% (!) estavam necessitadas de urgentes medidas de recuperação, que decorreram a nosso cargo, embora com o indispensável apoio dos Depósitos locais de Material de Guerra, em Bissau”¹²⁰

Apesar daquelas condições, sempre era melhor ficar em Bissau! Só que foi calma de pouca dura porque, no dia 4 de Fevereiro, a Companhia marchou para Mansoa rendendo a CART 644 e integrando-se na história do BCAÇ 1857 que, no dia 1 de Fevereiro, tinha deixado Santa Luzia, fixando-se naquela localidade.

A colocação em Mansoa - parecia ser para durar, pois tivemos de receber todo o equipamento que fazia parte da carga da CART 644. Como furriel enfermeiro tive de contar e registar o material sanitário, peça por peça, medicamento a medicamento, que fazia parte da carga do «carro sanitário» (um atrelado) ou que estava avulso na enfermaria daquela Companhia. Foi um inventário moroso, feito com cuidado, não fosse faltar alguma peça da Carga que dava, seguramente, para montar um hospital de campanha. Recordo que o «carro sanitário» tinha um medicamento especial: conhaque em dois frascos de secção quadrada, sem vestígio de uso tal como teria sido atribuído à Carga. Do que a medicamentos dizia respeito, foram inventariados 262, todos diferentes.

Em Mansoa, para além do ritual burocrático na recepção da carga da companhia que partia, a CART 1525 iniciava os treinos operacionais estabelecidos e dirigidos pelo Comando de Batalhão. Estávamos ainda na fase da inexperiência da realidade militar local, mas também reinavam as ordens superiores que determinavam um regime nómada e desmembramento à Companhia, pois no dia 6 daquele mês de Fevereiro, o 1º Grupo de Combate seguiu para Bissorã ficando adido, para todos os efeitos, à CCAÇ 1419. A restante parte da Companhia manteve-se em Mansoa, reforçando acções de outra Companhia também ali instalada, nomeadamente na segurança aos trabalhos de asfaltamento da estrada Mansoa-Mansabá, segurança ao «Abrigo de Braia», escoltas de colunas automóvel para Cutia e Encheia.

Mas, afinal, o destino da Companhia foi determinado por ordens superiores no sentido de substituir a CCAÇ 1420 que estava aquartelada em Bissorã. Sensivelmente um mês após a chegada a Bissau, a CART 1525, no dia 25 de Fevereiro, seguiu para Bissorã, onde se instalou e se manteve até ao fim da sua actividade operacional efectiva. Em Mansoa ficou uma equipa para entregar o material que, pouco tempo antes, tinha recebido.

Colocação em Bissorã - Terminada a fase nómada, a Companhia iria iniciar a sua actividade operacional e social no sector de Bissorã que abrangia uma grande extensão da região do OIO, onde o PAIGC tinha instalado a fortificada Base Central de Morés, na Zona Norte.

¹²⁰ Idem

Quando refiro actividade operacional e social é porque, à parte das Operações de âmbito estritamente militar, a Companhia desenvolveu algumas acções de cariz social, em benefício da população da Vila de Bissorã, como adiante veremos.

As instalações que encontramos na nova residência não podiam ser melhores. Uma casa, coberta de telha, para os oficiais com messe própria.

Duas casas, cobertas de zinco, para os furriéis e sargentos. Com um frigorífico que funcionava a petróleo – a Central termoeléctrica não funcionava vinte e quatro horas por dia, apenas à noite e pouco mais. O local das refeições funcionava na casa da D. Maria (um casal cabo-verdiano que, na vila de Bissorã, prestava o serviço a todas as Companhias aí aquarteladas quanto ao fornecimento de refeições à classe de sargentos - e que muito bem sabia assar leitão, servido com batatas fritas).

Dois armazéns, tipo colonial, cobertos de telha, serviam da caserna aos soldados. Para servir o «rancho geral» foi necessário a Companhia construir instalações com toros de madeira e cobertas de capim, pois não havia alternativa.

Novo inventário em Mansoa, outro em Bissorã para que nada faltasse, sob pena de responder por qualquer falta quando houvesse nova passagem de testemunho a outra Companhia, o que poderia acontecer a qualquer momento. Mais um «carro sanitário» para inventariar e muitos medicamentos para contar.

Se no plano da saúde a Carga estava completa e devidamente ordenada, menos sorte teve o Furriel Adrião Mateus que encontrou a Carga respeitante aos automóveis num caos. Ainda hoje é difícil de esquecer que a Carga da CCAÇ 1420, a transferir para a CART 1525, era composta por 17 viaturas: 2 camiões Mercedes, 4 Jipes e 11 Unimogues.

O panorama do parque de viaturas mais parecia uma oficina sem mecânicos. Daquele conjunto de 17 automóveis apenas estavam a funcionar: 1 Jipe e 1 Unimogue (este com o motor de arranque avariado). Os restantes automóveis estavam desmontados e havia um bidão cheio de parafusos que pertenciam às viaturas desmontadas. O motor de um camião Mercedes estava em Bissau, no Serviço de Material, para ser reparado. Também havia um Jipe, a servir de galinheiro, que não fazia parte da carga e já não tinha matrícula.

Refira-se que não houve milagre mas houve um grande trabalho da eficaz e competente equipa de mecânicos para ultrapassar tão grave estado das quinze viaturas inoperacionais. Uma após outra, ao fim de sete meses de árduo trabalho, estavam todas a funcionar em pleno. Em todas as deslocações a Bissau, o Adrião Mateus não deu descanso aos colegas que estavam colocados no Serviço de Material, no sentido de desbloquearem as peças necessárias à reparação de tanta viatura. Ou pela via da requisição normal, ou quando o Sargento de Dia estava a olhar para o lado contrário à Porta de Armas, o material saía daquele Serviço e, passadas algumas horas, chegava a Bissorã. O Adrião Mateus disse muitas vezes, e ainda hoje repete, que o material auto saía sempre legal. Porque saía do Estado (em Bissau) e entrava no Estado (em Bissorã). A não ser a sua persistência, como poderíamos fazer a guerra sem os meios adequados às necessidades logísticas do teatro de operações que não era fácil.

Viaturas operacionais da CART 1525



Com as viaturas operacionais, restava dar outra utilidade ao Jipe que servira de galinheiro. Também este foi reparado. Mas como não fazia parte da carga, nem tinha matrícula, ficou ao serviço da oficina da Companhia. Foi precisamente este Jipe que serviu para eu e outros colegas darmos os primeiros passos na condução, a fim de tirarmos a Carta de Lista Branca, o que aconteceu no exame em Bissau.

«O jipe do ronco» - ME-34-77 - Algum tempo decorrido de Comissão de Serviço, um dos Jipes da carga da Companhia, conduzido por um soldado que nem carta tinha, quando ia juntamente com habitante da vila comprar galinhas, embateu numa árvore ficando num estado, cujo destino todos pensavam que seria o de encostá-lo sem nada fazer. Nem mesmo assim o Adrião Mateus deixou de o reparar, apesar do chassis impróprio para uso.

Veio um chassis usado, mas utilizável, do Serviço de Material, em Bissau, foi trabalhado um tablier em madeira, onde foram colocados todos os instrumentos de bordo (apenas faltou rádio e ar condicionado), volante à maneira de competição, jantes pintadas, bandas brancas nos pneus, faróis de marcha atrás, tapetes interiores de palhinha de capim e, para devida identificação, foi colocado o emblema dos «FALCÕES» de ambos os lados. Este Jipe, distribuído ao comandante da Companhia, foi designado de «Jipe do Ronco».

“Dada uma volta de reconhecimento e de apresentação pelas ruas mais concorridas da Vila, a admiração geral era patente, em particular dos nativos, que nunca tinham visto, nem veriam, coisa semelhante. Batiam palmas, tiravam os óculos escuros, abriam muito a boca. Cantavam à sua passagem...e exclamavam, invariavelmente:

-“Capitão, grande ronco, bonito de ver, deixa dar uma volta?!”¹²¹

«O jipe do ronco» - ME-34-77



Só que o «Jipe do Ronco» foi “perseguido” pela diligente e “infalível” Polícia Militar (PM) de Bissau.

Ora, como poderia ser admissível um Jipe militar ultrapassar a “linha de montagem” uniforme, de todos os Jipes usados nas Forças Armadas? Em tempo de guerra, um Jipe fora do normal vindo de Bissorã, para a PM da cidade de Bissau só poderia configurar um acto praticado por violação grave das normas militares que, diga-se, não eram brandas. Mas não chegou a tanto. É o Comandante da Companhia que conta o que se passou com a PM:

¹²¹ Idem

“Logo à entrada da cidade, a primeira patrulha da P.M. ficou com os olhos em bico. Olhou, mirou e mandou seguir. Ficaram confusos, mas não tinham argumentos para intervir.

No Quartel General outrotanto sucedeu. Todo o mundo mirava, analisava e quando se deparavam com o emblema da Companhia, identificando a sua proveniência, davam-me os parabéns, sendo visível algum sentimento de inveja mal disfarçado! (...) UM DIA tive de me confrontar com a P.M. Era fatal. Os homens sempre que viam entrar em Bissau ficavam atónitos e confusos (...)”¹²²

Vista aérea de Bissorã -1966



A Vila de Bissorã – situa-se na zona noroeste do território e era um concelho com sede administrativa, donde dependiam os postos administrativos de Encheia e Binar. Dista de Bissau cerca de 80 quilómetros, com uma população de 6.000 habitantes.

O clima era caracterizado por ar equatorial, de elevada temperatura e grande percentagem de humidade

Era limitada a Norte pelo rio Cacheu e a Sul pelo rio Mansoa. Outros rios atravessavam a localidade, em sentidos distintos, tais como o Blassar, o Armada, o Falcão e o Uenquem.

Relevo de baixa altitude, a mais elevada regista-se a norte e junto de Empanquinham, com 39 metros, e a mais baixa verifica-se na bacia dos rios Falcão e Uenquem não ultrapassando 20 metros.

Com muitas bolanhas, no Inverno grande parte dos terrenos ficava alagada.

Com uma vegetação composta em grandes áreas de mata densa, nas zonas mais baixas e alagadas era cultivado o arroz e, nas mais altas e secas, o amendoim, o milho e a mandioca. Também produzia frutos tais como mangos, cajus, alfarroba, cola, banana e outros.

A criação de gado era muito importante e a mais rendosa. Os bovinos predominavam face aos caprinos, suínos e galináceos.

Tinha, desde há muitos anos, uma Estação Zootécnica para a exploração de culturas e criação de víveres.

Era essencialmente da agricultura que vivia a população que estava dividida por zonas, cada uma por tribos, das quais salientamos:

- Balanta, no sul e região do Queré (Encheia);
- Balanta-mané, no norte ocupando a península de Tiligi;
- Mandinga, na zona da Vila de Bissorã;
- Mandinga (Oinca), a nascente da região pertencente ao OIO.

Apesar desta divisão tradicional, as circunstâncias determinaram a migração entre localidades, o que provocou, naturalmente, a junção em co-habitação e mesmo cruzamentos de várias tribos nas mesmas regiões e até localidades.

Tinha alguma vida comercial, garantida por algumas empresas que, pese embora a situação de guerra, conseguiam sobreviver:

¹²² Idem

- Sociedade Comercial Ultramarina (Filial)
- Empresa António Silva Gouveia (Filial)
- Barbosas & Comandita (Filial)
- Michel Ajouz
- Kalil Miguel
- António Manuel Alves.

Rua comercial da Vila de Bissorã,
Abril de 1967



Existia também um mercado local público, onde a população vendia os seus produtos e, no dia 11 de Junho de 1967, foi inaugurado o Talho, construído pela Câmara Municipal de Bissorã, em que estiveram presentes o Administrador do Concelho, Spencer Salomão, bem como militares e comerciantes locais.

Na Educação, funcionava a instrução primária na Escola Missionária; tinha um posto dos CTT e um posto sanitário, para além dum clube, fundado em 1948 – o Atlético Clube de Bissorã – que vivia das actividades recreativas e de um cinema com instalações provisórias.

Em termos de comunicações, Bissorã tinha uma Pista de aviação com cerca de 1.000 metros, utilizada por duas carreiras semanais (sector Oeste) dos TAGP e pelos serviços da Força Aérea no interior da Província.

Os rios Cacheu e Mansoa permitiam a navegabilidade em todo o seu curso neste sector e o desembarque nalguns pontos do mesmo. A Jangada que existira no Rio Cacheu permitindo a ligação na estrada Bissorã-Barro, acabou por ser desactivada em virtude daquele itinerário ter ficado intransitável devido à guerra.

Por via terrestre, Bissorã ficava na confluência estratégica de ligação em todos os sentidos. Desde Mansoa a Bissorã e desta para as diversas localidades, as estradas eram todas de terra batida, o que dificultava a circulação e facilitava a colocação de minas pelo PAIGC.

As principais ligações são:

- Bissorã-Mansoa, com uma pequena ramificação no Namedão para o interior do OIO;
- Bissorã-Mansabá, atravessando a região do OIO;
- Bissorã-Farim, através do Olossato e com bifurcação no limite deste sector para Jagali;
- Bissorã-Barro, com ligação junto ao rio Blassar para a região de Mater;
- Bissorã-Naga, no limite da península do mesmo nome;
- Bissorã-Bula, passando por Biambe e Binar e com desvio para Encheia;

Esta rede de vias de comunicação tinha algumas pontes e pontões para permitir ultrapassar os pequenos rios e bolanhas atravessados por aquelas estradas.

Foi nesta realidade territorial e sócio-cultural que a CART 1525 iniciou a sua verdadeira missão nas mais variadas funções que o tempo e o lugar o exigiram, integrada, como não podia deixar de ser, na política militar delineada superiormente.

Em Bissorã estava criado um Comando Militar para regular toda e qualquer actividade que incluía elementos armados. Os efectivos militares eram normalmente duas Companhias metropolitanas com alguns elementos nativos, dois pelotões da Companhia de Milícia instalada em Mansoa e uma Companhia de Polícia Móvel. A área de acção era cerca de 645 Km2, diferente da área de jurisdição administrativa.

Na vertente operacional da guerra, em paralelo com as Operações Militares no Mato, fazem parte da nossa acção outras que, parecendo de menor vulto e importância, não deixaram de ser muito importantes no apoio às populações, mas comportando riscos. São as designadas por Emboscadas e Patrulhamentos, Escoltas, Diligências e também Acção Social.

Operações militares no mato - Pela sua envergadura, pelo número de efectivos envolvido, foram realizadas pela CART 1525 nada mais nada menos do que 49 Operações. Umhas em acção individual, outras em conjunto com outras Companhias, conforme a importância do alvo programado. Tratou-se da parte operacional mais importante que a CART 1525 realizou, tendo sempre o acompanhamento da Milícia, Polícia e, algumas vezes, de outras Companhias, quer a instalada em Bissorã, quer nos aquartelamentos da área operacional. Sem esquecer os nativos, com a função de carregadores que nos acompanhavam levando munições, maca e tudo quanto excedesse o volume ou o peso para ser transportado por cada elemento operacional.

Historial
da
Companhia de Artilharia
nº 1525»,
FALCÕES,
Guiné Portuguesa



Procurarei, numa síntese possível e adequada a este trabalho, enumerá-las e, depois, relatar algumas situações que vivi ou as mais significativas ocorridas na Companhia. Para esta síntese foram importantes os relatos que constam no Historial da Companhia, escrito ainda na Guiné, sem o qual muitas informações perder-se-iam¹²³.

Operações militares no mato

Nº	OPERAÇÃO DATA LOCAL	DESCRIÇÃO
	1966	
1	«FADA» 31/03 Libari Saída: 22,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo (PCV). -Foram destruídas casas e recolhidas para Bissorã 4 homens, 8 mulheres e 13 crianças. Por informações locais, o chefe de tabanca tinha-a abandonando há cerca de 1 mês. Apenas no regresso, o IN fez uma emboscada na estrada do Barro, com Pistolas Metralhadoras Thompson, 3 granadas de LGFoguete e 1 de Morteiro 60. Da reacção das

¹²³ «Historial da Companhia de Artilharia nº 1525», FALCÕES, Guiné Portuguesa.

	Chegada: 11,00H	NT, o IN sofreu 1 morto confirmado. Foi admitido que o grupo IN pertencia a Budo.
2	«FILIGRANA» 15/04 Bancolene Saída: 23,00H Chegada: 08,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -A acção foi frustrada porque o guia não conduziu à base prevista, mas a uma mata diferente, onde foi feita uma batida, tendo o IN feito fogo (3 tiros de espingarda). Foi encontrada e destruída uma escola com vestígios de ter sido utilizada recentemente e capturados 2 petardos de tróil.
3	«FRANCO» 29/4 Budo Saída: 22,00H Chegada: 09,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Via estrada do Barro até passar a ponte do rio Blassar até ao objectivo. As tabancas foram encontradas desabitadas, tendo sido destruídas 5 casas recém-construídas. Capturado gado. Não houve tiroteio.
4	«FILETE» 02/05 Inquida Saída: 21,00H Chegada: 10,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Ao cercar as tabancas, fugiu um elemento armado de Pistola Metralhadora, sendo aprisionado um outro que o acompanhava. Foram recuperados 29 elementos da população que vieram voluntariamente para Bissorã. Capturadas 50 cabeças de gado bovino. Casas queimadas. Não houve tiroteio. Regresso via pontão de Damé-Sor.
5	«ESMARALDA» 07/05 Iracunda Saída: 21,00H Chegada: 12,00H	-Golpe de mão à base, cabendo à CART 1525 montar uma rede de emboscadas na zona. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 2 Secções de Milícia, CCAÇ 1419 e apoio aéreo. -Foram montadas 2 emboscadas. Abatidos 2 elementos IN. Feito 1 prisioneiro e capturada 1 espingarda Mauser. foi visto à distância 1 elemento IN que conseguiu fugir. As emboscadas foram levantadas pelas 08,30H, com regresso pela estrada de Mansabá sem incidentes.
6	«RELÂMPAGO II» 13/05 Queré Saída: 22,00H Chegada: 11,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, forças da CART 1486, do BICAV 790 e apoio aéreo. -Via itinerário de Quenhaque-Embunhe-Uenquem-Queré. Casas desabitadas foram queimadas. Emboscada feita pelo IN e reacção da NT durante 30 minutos, de curta distância, ouvindo-se claramente as exclamações de incitamento do IN, algumas delas em português correcto. Do envolvimento das NT, o IN pôs-se em fuga.
7	«FURÃO II» 21/05 Queré Saída: 22,30 Chegada: 12,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, forças da CART 1486, do BICAV 790 e apoio aéreo. -Via itinerário de Quenhaque-Uenquem-Queré. Emboscada pelo IN com Pistolas, Pistolas Metralhadoras e LGFoguete, disposto em círculo nas casas circunvizinhas e sobre as árvores, em todas as direcções a uma distância de 50/100 metros, com grande agressividade durante uma hora. As NT abrigam-se atrás das árvores como única protecção ali existente. Com manobra das NT e lançando LGFoguete e Morteiro, conseguiram que o IN se pusesse em fuga. Feitos 10 mortos ao IN (1 era José Ramos, de São Tomé, responsável pela Base de Bancolene, trazido pelas NT para Bissorã). Mortos 2 (1 da Companhia de Polícia Administrativa e 1 de Caçadores Nativos de Bissorã). Feridos 2 (1 furriel e 1 da Companhia de Milícia nº 17). Foram capturados carregadores, munições e documentos.
8	«ESTEPE» 03/06 Morés Saída: 20,00H Chegada: 12,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419, 1 Pelotão de Milícia, CCAÇ 816, forças da CCAÇ 1420, 1421 e apoio aéreo. -A partir do Olossato, via itinerário Maca-Canfanda-Cudana, entrando-se na mata de Morés pelas 06,00H. Progressão difícil devido à mata densa, ouvindo-se tiros e rebentamentos na direcção de Mansabá, resultantes de contacto com as forças que actuaram nessa região. Pouco depois ouviram-se rajadas de Metralhadora Pesada e Pistolas Metralhadora junto das NT, altura em que, aproveitando a confusão, o guia principal desapareceu. Não houve reacção das NT pelo fogo, desconhecendo-se a localização da base, procedendo-se ao regresso.
9	«FLORIM II» 06/06 Jagali Saída: 22,00H Chegada: 10,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Via itinerário Ganjogude-Cussondome-Jagali. Golpe de mão à Tabanca pelas 05,00H. Tabancas desabitadas que foram destruídas. Recolheram-se algumas cabeças de gado. No regresso as NT sofreram 2 emboscadas.
10	«ESTIRPE» 15/06 Cambajo Saída: 22,00H Chegada: 10,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Cercos à Tabanca (50 casas), no centro das quais se encontrava uma pequena arrecadação com 3 Pistolas, 1 longa e documentos diversos. Recuperaram-se 2 homens, 5 mulheres e 5 crianças. Muitas casas queimadas em vários núcleos populacionais e destruídos 250Kg de arroz. Durante o itinerário de regresso houve 2 emboscadas com Pistolas Metralhadora e LGFoguete, durante cerca de uma hora.
11	«FUNIL» 27/06, Tiligi Saída: 23,00H Chegada: 10,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Via itinerário Indendem-Cossiba-Dambere. A população estava fora das tabancas e dispersas pelas matas, excepto 2 homens. Destruição de 38 casas em Dambere, Cossincunto, Cunte, Budo, tendo vindo para Bissorã 2 homens, 4 mulheres e 2 crianças. No regresso o IN fez uma emboscada às NT, tendo ficado um milícia ferido. Regresso por longotó, Cossiba, Nafula, Quigim e Sambé.
12	«ESMERIL»	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo.

	12/07 Passe Saída: 23,00H Chegada: 08,00H	-Atingido o objectivo sem a presença de IN. A população mostrou regosijo pela presença das NT, mas não quis ser transferida para Bissorã, devido ao adiantado crescimento das culturas. Mas para tratarem de assuntos particulares, alguns elementos acompanharam as NT até Bissorã.
13	«ESPERANÇA» 24/07 Date Saída: 23,00H Chegada: 06,00H	-Operação na zona de Mansoa, dando continuidade à acção da CCAÇ 1560. -Força executante: CART 1525, CCAÇ 1419 e 1 Pelotão de Milícia. -Até matas de Sogume-Data Com regresso ao quartel antes de atingir o objectivo por motivo de doença súbita de um elemento, quando ainda se encontrava a meio do percurso.
14	«ELEFANTE I» 02/08 Date Saída: 01,00H Chegada: 17,00H	-Operação na zona de Mansoa. -Força executante: CART 1525, CCAÇ 1419, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. Após a chegada do PCV, destruição da Tabanca de Date que estava abandonada. Noutros locais o IN fez 3 emboscadas com Pistola Metralhadora, Metralhadora Pesada e LGFoguet a muito curta distância. O IN foi cercado pelas NT e fugiu desordenadamente. No conjunto das emboscadas o IN sifreu 11 mortos. No IN foram vistos 1 homem e 1 mulher de cor branca. As NT sofreram 4 feridos (1 da CCAÇ 1419 e um Milícia). Foram capturados 2 PN (PPSH e M/25) 6 carregadores de PM, 2 cunhetes metálicos com 22 carregadores de ML e munições diversas.
15	«ELEFANTE III» 08/08 Date Saída: 01,00H Chegada: 10,00H	- Operação na zona de Mansoa -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Atingido o objectivo, os guias negaram em absoluto conhecer o acampamento. Aguardando pelo PCV que ordenou uma batida à mata, iniciando-se o regresso.
16	«ELEFANTE IV» 13/08 Bará Saída (dia 13): 00,00H Chegada (dia 14): 12,00H	-Operação na zona de Mansoa que durou 2 dias. -Força executante: CART 1525, CCAÇ 1419, CCAÇ 1421, 1 Pelotão de Milícia, forças CCAÇ 816 e apoio aéreo. -Passando pela tabanca de Jugudul (onde o IN tinha raptado elementos da população) – por volta das 2 horas da manhã, dois turras introduziram-se na nossa coluna, em lugar diferente, talvez com o intuito de parti-la em 3. Prosseguindo em direcção a Quibir (ouvidas rajadas de metralhadora do IN ao longe), donde a população tinha fugido, pelo que as casas foram destruídas. Entretanto, em direcção a Bará (as casas estavam abandonadas, pelo que foram destruídas, bem como grande quantidade de arroz nelas existente). O IN infligiu uma forte emboscada às NT com Pistolas Metralhadoras, Metralhadoras ligeiras e Morteiro 60, resultando 1 ferido grave às NT e baixas prováveis ao IN. Capturou-se 11 granadas de Morteiro 60, 1 carregador de ML, 1 escovilhão de morteiro e documentos diversos.
17	«FACHO» 22/08 Biambe Saída: 20,00H Chegada: 10,30H	-Operação na zona de Bissorã. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -As NT ao iniciarem o golpe de mão, tiveram como resposta um tiroteio do IN, durante 20 minutos, com Pistolas Metralhadora, Metralhadoras Ligeiras. O IN e a população abandonaram as casas, pelo que foram destruídas. Quando se procedia à destruição, o IN reagiu de novo com 8 granadas de Morteiro 82. No regresso, as NT destruíram 2 minas anti-carro TMD na estrada do Biambi. Três soldados perderam-se de madrugada mas voltaram sem perigo. Foram apreendidas munições de arma ligeira
18	«ENGODO» 02/09 Indendem Saída: 00,00H Chegada: 08,30H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419, 1 Pelotão de Milícia e Caçadores Nativos, apoio aéreo. -Via estrada do Barro até ao objectivo, onde foram organizadas 3 emboscadas planeadas pelas NT, não houve contacto com o IN.
19	«ESPINAFRE» 14/09 Ufeli Saída: 22,30H Chegada: 07,45H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419 e 2 Secções de Milícia, apoio aéreo. -Golpe de mão à Tabanca onde apenas estavam 3 mulheres que foram recuperadas e as casas destruídas. No regresso pela estrada do Biambi foram recuperadas mais 2 mulheres e 2 crianças.
20	«FURACÃO» 20/09 Morés Saída (dia 20): 21,00H Chegada (dia 21): 20,00H	-Operação de 2 dias, a partir de Mansabá, via Mansodé-Cai-bolanha de Morés. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419, 1 GrCombate da CCAÇ 1421, 1 GrCombate da CCAÇ 1560, 2 Pelotões de Milícia, apoio aéreo, Companhia de Para-quedistas e 2 destacamentos da BAC. -Foram 13 horas contínuas durante a noite, com o guia a não querer conduzir-nos a Morés. Pela manhã, os Obuses lançaram granadas para a base IN de Morés. Na bolanha de Morés o IN fez fogo e depois pôs-se em fuga. As NT destruíram 32 casas recentemente abandonadas. Noutros locais, três novos ataques do IN com metralhadoras e Morteiro 82. As NT sofreram 3 feridos (auxiliares nativos). Foi capturada 1 pistola ao IN
21	«EMBUSTE» 01/10 Iarom Saída: 21,15H Chegada: 10,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, CCAÇ 1419, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Via estrada de Mansabá/Iaron até ao objectivo do golpe de mão que é a tabanca dos Manjacos, responsável pela arrecadação de material. Existiam 4 arrecadações, próximas das casas: 1 servia de paiol; outra de géneros; outra de fardamento; outra de material diverso. As NT após abandonarem o local sofreram uma emboscada feita pelo IN. Foram

		capturados 3 elementos do IN, recuperados 10 elementos da população; recolhidos 2 elementos armados (1 fugiu antes de atingirmos Bissorã, mas deixando a arma). Foram capturados 3 PM, 7 Pistolas, e espingardas, centenas de peças de camuflado, 20 panos de tenda, roupa diversa, equipamentos desportivos, 20 pares de sandálias, géneros diversos, 15 granadas de Canhão S/Recuo, 1 cunhete, 1 bipé de ML, carregadores de PM, cerca de 6.000 munições diversas, 5 granadas de mão e outros.
22	«EMBATE» 09/10 Iracunda Saída: 20,45H Chegada: 11,00H	-Força executante: Cart 1525, 1 Pelotão de Milícia e apoio aéreo. -Via estrada de Mansabá/tabanca do Manata e batida na zona. Duas sentinelas IN em abrigos individuais dispararam e fugiram (um deixou 4 lâminas de cartuxos 7,9. Regresso Iracunda-Sansabato-Canicó-Unfarim.
23	«ESPÍAO» 24/10 Morés Saída: 22,30H Chegada: 13,00H	-Força executante (saída do Olossato): CART 1525, CART 1486, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, Caçadores Nativos do Olossato e apoio aéreo. -Via Fajonquito/Namenacó/Morés (mata onde existiam 40 casas de construção muito rústica, de palha, com aspecto de terem sido abandonadas há poucos dias, pelo que foram incendiadas). Foram encontrados poucos abrigos para atirador deitado. A parada teria uma superfície de 100m2, sem quaisquer fortificações ou construções especiais. Noutra direcção foi destruída uma Tabanca mandinga e abatidos dois elementos IN que ofereceram resistência. Foram capturados: 1 espingarda caçadeira, 1 cano-corredilha de Pistola Parabellum, 1 calças camufladas e material diverso.
24	«ESPECIAL» 01/11 Cambajo Saída: 22,00H Chegada: 10,30H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Mansoa/Quenhaque/Mansabandim/Dando, havendo tiroteio e emboscada IN no regresso das NT. O IN sofreu 1 morto confirmado, referenciado como chefe da base. As NT sofreram 1 morto e 1 ferido grave (ambos da Milícia). Foram capturados: 1 Esp. G3, 2 PM (M25) 1 Esp SIMONOV, 2 GM defensivas, carregadores e munições diversos
25	«BIABA» 12/11 Cate Saída: 23,00H Chegada: 08,30H	-Força executante: 1 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia 1 Pelotão de Polícia. -Via estrada do Biambi até ao objectivo, onde as NT fizeram um golpe de mão, onde foram capturados 2 elementos IN, um destes conduziu as NT até à «casa de mato», onde houve tiroteio, tendo o IN debandado. Foram queimadas diversas casas.
26	«BIANGA» 18/11 Queré Saída: 21,30H Chegada: 10,00H	-Força executante: 1 GrCombate da CART 1525, 2 Secções de Milícia e 1 Pelotão de Polícia. -Via Quenhaque, tendo a população (que estava no ritual de um "Choro") detectado as NT que capturou um suspeito com 2 granadas de mão. Foi encontrada e revista uma escola bem arranjada com capacidade para 100 alunos. Depois em Uanquelin o IN fez uma emboscada com PM 5 granadas de Morteiro 60 e 4 Lança Granadas Foguete. Foram capturados 3 elementos IN.
27	«BULA» 25/11 Biambe Saída: 23,00H Chegada: 13,00H	-Golpe de mão à base do Biambe e batida colaborando na abertura da estrada Biambe-Bissorã. -Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Quando era 1H00 foi evacuado um Furriel acometido de cólicas súbitas (a sua secção procedeu a esse evacuação). O IN tinha duas sentinelas que detectaram as NT, mas estas continuaram, encontrando a casa de mato abandonada há muito pouco tempo, onde existiam 12 barracas e alguns bancos dispostos frontalmente numa pequena parada. Quando as NT procediam à sua destruição, o IN lançou 20 granadas de Morteiro 82, de uma distância de 2 Km. No regresso o IN fez uma emboscada às NT. Com um ferido ligeiro, as NT destruíram as casas onde provinha o fogo IN.
28	«BISSILÃO» 05/12 Biambe Saída: 23,00 Chegada: 10,30H	-Golpe de mão a uma tabanca com um morteiro 82 e depois à arrecadação e farmácia da base. -Força executante: 1 GrCombate (Comandos) da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 2 Secções de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Naga até à Tabanca de Nhaé, entrando na mata. Próximo do objectivo, a sentinela IN deu várias rajadas de PM e lançou uma granada de mão. As NT ao atingirem as primeiras casas, o IN lançou granadas de Morteiro 82. Destruídas as casas, as NT seguiram em direcção donde vinham as granadas de Morteiro. De outra direcção veio novo ataque IN de Pistola metralhadora, a curta distância. Uma das granadas de morteiro caiu no meio das NT ocasionando vários feridos e e inutilizando o nosso apontador de LGF (Basuca) e esta. De novo o IN disparou, a uma distância de 100 metros, um rocket que causou imediatamente dois mortos e bastantes feridos, na maioria graves. Apesar disso, as NT conseguiram que o IN se pusesse em fuga. Pedida a evacuação, os helicópteros fizeram cinco viagens. -É de admitir que o IN tivesse sofrido baixas, mas as NT sofreram 3 mortos (1 Furriel e 2 1º Cabos, 9 feridos graves (1 1º Cabo, 1 Soldado, 3 Milícias, 3 Caçadores nativos e 1 Soldado nativo) e alguns (6) feridos sem gravidade.
29	«BOATO» 20/12 Biambe Saída: 22,30H Chegada: 11,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Naga e depois em direcção a Biambifoi. O guia começou a dar provas de grande confiança e conhecimento do terreno. Lançado o ataque pelas NT, houve imediata resposta IN com 1 granada Lança-Rock e 2 LGFoguete e depois com 6 granadas de Morteiro 82 e Pistola Metralhadora. O IN fugiu, tendo sido queimadas várias casas em 3 locais e destruídas cerca de 3 toneladas de arroz. O IN sofreu 14 mortos confirmados e 2 feridos graves (o chefe Encoca e um de cor branca), foram capturadas 1 PM, 2 espingardas, 1 prato-base do Morteiros 82,

		4 granadas LGFoguete, 1 granada de mão ofensiva, 1 estojo de limpeza, ferramentas e documentos diversos de interesse.
30	«BOR» 28/12 Queré Saída: 22,30H Chegada: 08,30H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 GrCombate da CART 1612, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Encheia até ao objectivo, onde a sentinela detectou as NT que abriram fogo sobre a casa de mato. O IN reagiu com Pistolas Metralhadoras e Metralhadoras Pesadas (durante 15 minutos), mas pôs-se em fuga. De seguida o IN lançou granadas de Morteiro 82. No regresso, constatou-se o abandono da Tabanca de Grancuta e o bom contacto da população de Grandumbe. Foram capturados 1 tripé de Metralhadora Pesada, 1 Espingarda, e vários carregadores.
	1967	
31	«BISSAU» de 04 a 18/01 Cambajo Saída (dia 11): 22,00H Chegada (dia 14): 08,30H	-Missão que tinha duas fases: uma para flagelação e emboscadas contínuas na região do OIO; outra com nomadização de companhias na mesma região. À CART 1525 coube a nomadização na região do Cambajo, entre os dias 11 e 14. Ainda 3 secções reforçaram a CART 1612 numa nomadização seguinte (entre os dias 15 e 18). -Força executante: CART 1525, 3 Secções da CART 1612, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. - Via estrada de Mansabá, percorrendo várias zonas durante 3 dias, tendo as NT sofrido 4 emboscadas, usando o IN Pistolas Metralhadoras, LGFoguete e Morteiro 60. As NT tiveram 1 ferido ligeiro. Houve 2 reabastecimentos de mantimentos e munições. As NT capturaram 1 elemento IN conhecedor da base de Rua. Durante a noite do dia 13, as NT detectaram uma equipe de roubadores de vacas, que se puseram em fuga ao fogo das nossas sentinelas, deixando no local uma vaca morta e outra ferida.
32	«BALUARTE» 01/02 Rua Saída: 22,30H Chegada: 09,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Mansoa seguindo para Quenhaque-Mansabandim-Dando, passando na bolanha de Cambajo até ao objectivo, conforme orientação do guia. As NT foram detectadas por dois sentinelas IN que abriram fogo, seguindo-se fogo das NT. Uma granada de LGFoguete IN rebentou no meio das NT causando alguns feridos. As NT chegaram à casa de mato (composta de 6 barracas em círculo e 1 no centro. Disponha de abrigos para atirador deitado e outro contra a aviação, construído com terra e troncos de árvore e com uma cavidade subterrânea, com 2 buracos opostos com capacidade para 12 pessoas) que o IN já tinha abandonado. Quando as NT estavam no interior da base, o IN lançou 1 granada de LGFoguete que rebentou sobre as NT, causando mais feridos. Depois de destruída a casa de mato, as NT regressaram com os feridos, devido a atraso do PCV, para ordenar a evacuação. Foram capturados carregadores de PM, munições diversas e GM. As NT sofreram 14 feridos, sendo depois evacuados 9 (1 Furriel, 1 1º Cabo, 3 soldados, 2 milícias e dois Caçadores Nativos)
33	«BADANAL» 16/2 Queré Saída: 00,00H Chegada: 11,30H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, CART 1612, forças da CCAV 1485, CART 1526 e apoio aéreo. -Atingido o objectivo e iniciada a batida à zona, o IN lançou 2 granadas de Morteiro 82, Pistolas Metralhadoras e Espingarda, pondo-se em fuga. Durante o regresso das NT, em conjunto com a CART 1612, o IN lançou mais uma granada de Morteiro 82. Foram queimadas as tabancas encontradas sem população.
34	«BALANCETE» 28/02 Biambe Saída: 23,30H Chegada: 10,30H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Por corta-mato até ao objectivo, onde um dos guias levou as NT a uma tabanca do IN que atirou com Pistola Metralhadora a curta distância, Metralhadora Pesada e 6 granadas de Morteiro 82, disparadas a uma distância de 2 ou 3 Km. Do tiro das armas ligeiras as NT sofreram 2 feridos nativos (1 deles grave). O IN pôs-se em fuga sofrendo 1 morto confirmado e outras baixas prováveis. A tabanca funcionava como casa de mato que tinha uma organização defensiva. As NT seguiram para a tabanca de lusse, já desabitada, tendo sido queimadas, e recolhida grande quantidade de arroz. Pouco tempo depois, o IN voltou a atacar com intenso fogo de Pistola Metralhadora, Metralhadora Pesada e LGFoguete, tendo-se posto em fuga, face à reacção das NT
35	«BRIGANTE» 12/03 Uenquen Saída: 10,00H Chegada: 15,00H	-Golpe de mão durante um "choro" na região. -Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, e 2 Secções de Polícia. -Atingido o objectivo, foi cercada a tabanca, obtendo-se os seguintes resultados: recuperaram-se 130 elementos da população que viviam controladas pelo IN, feitos 3 mortos confirmados ao IN, além de outras baixas prováveis, capturaram-se 1 Carabina SIMONOV, 1 pistola, 1 telefonia, outro material diverso e vacas. Foram feitos 5 prisioneiros ao IN. No regresso, o IN fez uma emboscada sem consequências.
36	«BELICOSA» 22/03 Queré Saída: 00,00H Chegada: 10,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612, CCAÇ 1496, CCAV 1485 e apoio aéreo. -Via cruzamento de Quenhaque até ao objectivo, aguardando junto ao caminho principal, até ao amanhecer, que passasse alguém da população que desse informações. Estes disseram que havia uma escola onde o IN dava instrução durante o dia, mas não dormiam na zona. As NT dirigiram-se à escola com capacidade para 100 alunos, e em vias de conclusão, a qual foi destruída pelas NT. As casas do local estavam abandonadas e sem nada dentro, sendo queimadas. Foram recuperados 20 elementos da população. No regresso, na passagem da bolanha para Uanquelim, o IN fez uma emboscada sem consequências.
37	«BRANDIR» 31/03	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612 e apoio aéreo.

	Libari Saída: 00,00H Chegada: 09,00H	-Via tabancas de Budo-Uaqueri-Sambe-Libari. Nesta última localidade foi aprisionado um elemento IN que conduziu as NT à casa de mato que estava abandonada, pelo que foi destruída. O mesmo guia levou as NT a tabancas dispersas, onde foram destruídas 30, aprisionando 2 elementos IN (uma bajuda) armados com 1 PPSH e 1 granada de mão, bem como capturados documentos diversos e cerca de 100 balas de armas ligeiras, foram recuperados 9 elementos da população. No regresso por Cunte, as tabancas estavam já destruídas.
38	«BAMBÚRRIO» 03/04 Faja Saída: 21,30H Chegada: 11,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612 e apoio aéreo. -Via estrada de Barro para Cunte e Nafula até ao objectivo, onde uma casa estava desabitada e a arrecadação tinha mudado para cerca de 3Km de distância, segundo afirmou um elemento IN que foi apreendido. Próximo do novo local da arrecadação 2 elementos IN, que, na fuga, tinham ficado para trás fizeram fogo às NT, de cerca de 15 a 20 metros, mas acabaram por ser abatidos, embora as NT tivessem 1 morto (Milícia). No regresso, o IN fez duas emboscadas tendo numa causado 1 morto (Caçador Nativo) e 18 feridos da CART 1612. Como resultado: o IN sofreu 2 mortos confirmados e vários prováveis; as NT sofreram 2 mortos (1 Milícia e 1 Caçador Nativo); foram capturadas 2 Pistolas Metralhadoras, 18 granadas de canhão sem recuo, 6 carregadores de PM, 1 estojo de limpeza para Canhão S/Rec, 1 fita carregadora de Metralhadora Pesa, 2 cartuchos de calibre 12,7, 120 cartuchos de armas ligeiras, 2 pás articuladas e documentos diversos.
39	«BULIÇOSO» 12/04 Bucaur Saída: 02,00H Chegada: 09,00H	-Operação de patrulhamento a Tiliji, cabendo à CART 1525 a montagem de uma rede de emboscadas. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 2 Secções de Milícia e 2 Secções de Polícia, forças da CART 1612 e apoio aéreo. -Via estrada de Barro até ao objectivo. Foram organizadas 2 emboscadas nos caminhos que seguem para Matar e Uália, sem contacto, sendo feito o regresso pela ponte do rio Blassar.
40	«BASTONDA» 28/04 Queré Saída: 00,00H Chegada: 11,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612, CCAÇ 1496, CCAV 1485 e apoio aéreo. -Via caminho a corta mato até ao objectivo. Depois da chegada do PCV foi iniciada a batida por toda a zona Este da bolanha do Queré, sem revelação do IN. Quando as NT destruíam tabancas mais a Sul, à aproximação das NT, numeroso grupo IN pôs-se em fuga, tendo as NT reagido com fogo, causando 8 mortos confirmados ao IN e capturado 1 carabina. Foi incendiada uma escola para cerca de 100 alunos, recentemente construída e destruídas 30 casas e 1 tonelada de arroz. No regresso, o IN emboscou as NT com Pistolas Metralhadoras, sem consequências
41	«BELUÁRIO» 06/05 Queré Saída: 00,00H Chegada: 12,00H	-Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, CART 1612 e apoio aéreo. (tomou parte da Operação o Tenente-Coronel H.Meyer, Adjunto do Adido Militar Americano em Lisboa) -Via estrada do Biambe até ao objectivo. Chegados ao local indicado pelo guia, este não deu quaisquer indicações dignas de crédito, confundindo-se e provando que desconhecia qualquer refúgio IN, onde este tivesse armamento. Progredindo, o IN reagiu com 10 granadas de LRock, 6 granadas de Morteiro 60, 2 granadas de Morteiro 82, Metralhadoras ligeiras e Pistolas Metralhadoras, durante cerca de 30 minutos, causando 12 feridos às NT (9 Polícias, 1 Milícia e 2 Soldados). Continuando a batida, foram incendiadas tabancas e destruída 1 escola para 50 alunos.
42	«BATE-QUE-BATE» 18/05 Queré Saída: 00,00H Chegada: 11,00H	-Batida entre as bolanhas de Camã e Queré. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612, CCAÇ 1496, CCAV 1485 e apoio aéreo. -Via Encheia até ao objectivo. Aguardada a chegada do PCV para iniciar a acção conjunta junto à bolanha de Camã, com posterior reacção do IN com L.Rock dirigidos aos comandantes da Força e dos GrCombate, sem resultados, mas depois houve intenso fogo IN de METRALHADORA Ligeira, Pistola Metralhadora e Morteiro 60, durante cerca de 20 a 30 minutos, tendo as NT sofrido 3 feridos ligeiros e o IN 8 mortos, incluindo o chefe da área (Fonseca).
43	«BRAZEIRO» 03/06 Biambe Saída: 01,30H Chegada: 08,00H	-Força executante: CART 1525, 3 Secções de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612, CART 1688 e apoio aéreo. -Atingido o objectivo, o IN lançou 3 granadas de Morteiro 82, sem consequências. Por ordem do PCV, as NT estacionaram junto de uma mata densa, tendo o IN atacado com Pistolas Metralhadoras. Da reacção das NT, o IN sofreu 1 morto confirmado e baixas prováveis. Continuando para Chumbume, foi queimada uma tabanca, cujos moradores fugiram à aproximação das NT.
44	«BIZARMA» 09/06 Tiligi Saída: 00,15H Chegada: 06,00H	-Abertura do itinerário Bula-Bissorã-Barro, realizada em duas fases. À CART 1525 cabia montar segurança nos itinerários de Biambe e de Barro, com patrulhamento ofensivo na zona de Tiligi -Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, tomaram parte forças de Bula, Binar, Biambe, Bissorã, além da Companhia de intervenção do Comando-Chefe e apoio aéreo. -Via ponte do rio Blassar para Indendem seguindo um caminho à esquerda. Às 3 horas da manhã, o guia pisou uma Mina Anti-Pessoal que lhe causou a morte imediata e 6 feridos (Milícias -2 graves). Entre estes encontrava-se o Comandante do pelotão de Milícia, Quebá Camará. Face a este percalço, foi decidido regressar a Bissorã, com autorização do PCV, para tratar e evacuar os feridos.

45	«BERBICACHO» 25/06 Rua Saída: 10,30H Chegada: 19,00H	-Força executante: CART 1525, forças da Milícia e Polícia, da CART1612 e forças dos Comandos Helitransportadas, Força Aérea com bombardeamento do objectivo e apoio aéreo. -Emboscadas num dos caminhos de acesso ao objectivo, tendo sido detectados 3 elementos IN armados, sendo abatidos 2 e 1 ferido e capturando-se 2 Espingardas Automáticas. Uma emboscada feita pelo IN que sofreram 2 mortos confirmados, face à reacção das NT.
46	«BARBACÁ» 07/07 Inquida Saída: 01,00H Chegada:13,00H	-Montagem de emboscadas junto à cambança do rio Inquida, para protecção do destacamento que actuava em Insumete. -Força executante: CART 1525, 2 Secções de Milícia, 2 Secções de Polícia, CCAÇ 1496, 1497, 1498, CART 1612 e apoio aéreo. -A CART 1525 instalou-se no local previsto para a emboscada, desde as 4 horas da manhã até às 10 horas, sem que tivesse havido contacto com o IN. Por ordem do PCV, iniciou-se a retirada juntamente com a CART 1612.
47	«BÁRBARA» 21/07 Biambe Saída: 00,30H Chegada: 10,00H	-Efectuar uma batida na zona, no intuito de procurar contacto com o IN. -Força executante: 2 GrCombate da CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, forças da CART 1612 e 1688 e apoio aéreo. -Via itinerário a corta-mato até ao objectivo, onde foi iniciada a batida, debaixo de violento temporal, em direcção à tabanca de lusse, donde a população fugiu. O fogo das NT fez 2 baixas, destruídas todas as tabancas da zona. No regresso, o In abriu intenso fogo com Pistola Metralhadora, bem dirigido e rasante. Da reacção das NT, o IN pôs-se em fuga, com baixas prováveis, sofrendo as NT 1 ferido sem gravidade (Comandante de Polícia Administrativo). O tiroteio durou cerca de 20 minutos, tendo o grupo IN cerca de 10 a 15 elementos que actuaram do lado da tabanca de Biambifoi.
48	«BITOLA» 06/08 Queré Saída: 03,00H Chegada: 15,00H	-Força executante: CART 1525, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia, CART 1746, 1688 e apoio aéreo. Estava prevista a intervenção da Força Aérea para bombardeamento do Objectivo e dos Pára-quedaistas helitransportadas. -Atingida a zona das emboscadas, a CART 1525 aí manteve-se até às 12 horas. Por ordem do PCV, foi mandada regressar por a Operação não se realizar devido a dificuldades causadas pelas condições climáticas.
49	«BRAMADOR» 15/08 Biambifoi Saída: 00,00H Chegada: 09,00H	-Golpe de mão à tabanca e a uma presumível casa de mato próximo da mesma. -Força executante: CART 1525, 1 GrCombate da CART 1746, 1 Pelotão de Milícia, 1 Pelotão de Polícia e apoio aéreo. -Via estrada de Naga até ao objectivo. Cercada a tabanca e efectuado simultaneamente o golpe de mão, conseguiui pôr-se em fuga um elemento, não tendo sido detectados quaisquer vestígios IN. Feita uma batida ao longo da bolanha, numa extensão de 2 Km, nada foi encontrado. Foram queimadas as tabancas encontradas.

Distâncias aproximadas de Bissorã a:

Localidade	Km
Quenhaque	5
Cate	7
Rio Blassar	7
Budo	8
Queré	15
Bancolene	15
Jagali	16
Mansoa	24
Iracunda	25
Bissau	80

A primeira Operação teve lugar no dia 31 de Março de 1966, a Libari. Como baptismo de fogo, houve uma emboscada feita pelo IN (inimigo – turras – bandidos do mato – guerrilheiros).

A última realizou-se no dia 15 de Agosto de 1967, a Biambifoi, não tendo havido contacto com o inimigo.

A região onde mais vezes houve a nossa intervenção foi ao Queré (10 Operações), seguido do Biambe (7 Operações), depois Morés, Cambajo e Date (3 Operações a cada). As restantes Operações tiveram lugar duas ou uma vez a cada casa de mato da respectiva região.

Há uma característica comum a todas as Operações: a hora de saída do quartel foi sempre à noite, nunca antes das 20 horas, por vezes à meia-noite e até pouco depois desta hora, de acordo com a distância a percorrer, em fila. No regresso, sempre em

pleno dia, o critério de fila era também utilizado até encontrar a estrada, onde os camiões pudessem chegar para nos trazer até ao quartel.

A progressão durante a noite era mais eficaz para não sermos detectados pelo inimigo, embora algumas vezes este soubesse da nossa saída, o lugar de passagem e o objectivo a atingir - em tempo de guerra, o sistema de informações tanto funcionava a favor das nossas tropas, que sabiam de algumas movimentações ocorridas na frente de combate do PAIGC, como este tinha conhecimento de algumas das nossas acções, havendo informadores de um e do outro lado.

O ataque (golpe de mão ou outras formas de capturar guerrilheiros – de preferência vivos – e/ou armamento e outros bens por eles utilizados) era quase sempre ao amanhecer. Seria impossível fazer um golpe de mão durante a noite no meio de floresta, por vezes tão densa de difícil acesso.

Um das Operações correram bem pelo resultado obtido não só com as capturas de guerrilheiros e a “libertação” de populações que estavam dominadas por aqueles, mas também pelo equipamento militar e outro material apreendidos. Outras correram mal pelas baixas sofridas (mortes e/ou feridos) ou pelo perigo sempre presente.

Como Furriel Enfermeiro participei em 16 das 49 Operações acima mencionadas: geralmente naquelas em que toda a Companhia era destacada. A arma que me foi distribuída só saiu na primeira Operação em que participei, por sinal a primeira da Companhia, em 31 de Março de 1966. Entendi que a defesa pessoal estava garantida pelos camaradas, pelo que nas restantes Operações a arma ficou em casa.

Acções árduas, sem dúvida, uma vez que o trajecto até atingir o objectivo era feito em fila, grande parte das vezes com noites sem luar, percorrendo itinerários alternativos, a corta-mato, com um guia nativo que conhecia a zona e que tudo fazia (?) para não sermos detectados. Mas algumas vezes o guia, ou guias, não cumpriam o seu compromisso prévio. Um ou outro fugiu ou negou-se a revelar o que se passava na casa de mato que tinha sido o objectivo traçado.

Para além da natureza do terreno, podiam ocorrer vários perigos: um poderia ser a emboscada em terreno melhor conhecido pelos guerrilheiros, apesar da mudança de táctica (especialmente em número de efectivos por grupo de actuação) que a direcção do PAIGC empreendeu muitas vezes; outro era o sono que surgia sempre às primeiras horas da madrugada, especialmente quando a «Coluna» parava (uma das formas de não ficar para trás – dormindo de pé – era amarrar um cordel ao colega da frente).

As primeiras doze Operações foram realizadas a partir do nosso quartel de Bissorã. As quatro Operações seguintes (13ª à 16ª inclusive) tiveram por base o quartel de Mansoa, para onde a CART 1525 foi destacada, durante cerca de um mês, como reforço em Operações às tabancas de Date e Bará (junto ao rio Geba).

A Operação a esta última localidade durou dois dias, e foi uma daquelas em que o perigo foi mais evidente. Tratou-se de uma Operação acerca da qual o inimigo sabia o caminho por onde iríamos passar, porque, cerca das 2 horas da manhã do dia 13 de Agosto, na saída de Mansoa para o objectivo traçado, dois turras, cada um com uma catana, introduziram-se na nossa coluna em lugares diferentes. Como o puderam fazer? Muito facilmente. Numa noite como breu, sabendo eles o nosso itinerário, foi fácil aproximarem-se de tal forma a entrarem no trilo por onde seguíamos. Qual o objectivo? Certamente dividir-nos em três grupos desviando os dois encabeçados por eles para lugares de difícil defesa da nossa parte.

Felizmente não aconteceu nada fora do comum, porque os turras foram descobertos. E se não o tivessem sido?

Noite sem luar, ouvir no passa-palavra da frente da coluna de que os turras tinham-se infiltrado com uma catana, fácil é de entender o estado de espírito em que cada um de nós ficou, magicando o que poderia ter acontecido. Mas se não bastasse a primeira má notícia, uma segunda não foi melhor: um dos turras tinha conseguido fugir. E, meia hora depois, ouviram-se alguns tiros ao longe... e tudo acabou como está relatado no quadro acima, nesta terceira Operação em que participei!

Na Operação, que durou dois dias, à base de Morés (fortificação do PAIGC na zona Norte do território), nos dias 20 e 21 de Setembro de 1966, ocorreu uma situação de perigo, mas felizmente sem consequências graves. Era a segunda vez que um considerável contingente de tropa tentava penetrar na casa de mato de Morés (a terceira vez, com menos efectivos, ocorreu no dia 24 de Outubro).

Como está relatado no resumo do quadro, a Operação de dois dias foi um martírio, um furacão, nome atribuído à missão daqueles dois dias. Era a vigésima Operação da Companhia e a sexta em que eu participava. Num dos ataques do inimigo e correspondente resposta das nossas tropas, ocorreu um ferido da minha Companhia. No evoluir do combate fiquei a tratar o ferido, estando outro militar connosco. O certo é que ficamos sós no meio da mata densa de Morés. A nossa sorte foi o facto de dois militares de outra Companhia também se terem perdido e nos terem encontrado a uma distância relativamente curta. Foi uma dupla sorte o facto de um destes militares ter um comunicador de rádio que serviu para contactar a aeronave que sobrevoava o local, tendo esta nos orientado para o local de encontro. O tempo em que estivemos “perdidos” até nos encontrarmos com os dois elementos na posse de rádio transmissor foi relativamente curto que não deu para entrarmos em pânico. O certo é que nem a ocorrência deste facto levou a delinear-mos o que fazer em situações futuras semelhantes: o combate avança e os feridos ficam para trás...!

A Operação ao Biambe, no dia 5 de Dezembro de 1966, foi uma das mais trágicas, cujo teatro de operações motivou a morte do Furriel Veloso e dois 1º Cabos – o Craveiro e o Rafael. Para além dos 9 feridos graves. Soube desta trágica Operação quando estava no aeroporto de Lisboa, no fim das férias na Madeira. Não será de ignorar o estado de espírito em que fiquei ao saber desta má notícia, numa altura em que a comissão de serviço estava praticamente a meio.

Equipa de enfermagem da CART 1525, na Operação «Bissau» ao Cambajo, nos dias 11 a 14 de Janeiro de 1967.



A Operação realizada à região de RUA, no dia 1 de Fevereiro de 1967, também foi arrasadora pelos 14 feridos que sofremos.

Quando as evacuações eram realizadas a partir do local das ocorrências, não havia heliporto marcado. Bastava uma clareira em lugar seguro.

Mas quando havia alguma emergência pela noite fora, na vila de Bissorã, era o campo de futebol que servia para a aterragem, sendo o local iluminado com as luzes de quatro viaturas, uma colocada em cada ângulo daquele campo desportivo.

Helicóptero a aterrar no Campo de Futebol de Bissorã



Mas a Operação realizada ao Queré, no dia 16 de Fevereiro, teve uma particularidade especial: tudo indica que foi uma daquelas acções programadas para o senhor Ministro da Defesa presenciar de helicóptero.

De visita à Guiné, o Ministro Gomes de Araújo percorreu o território por via aérea. No regresso a Lisboa, falou à comunicação social dizendo que a moral das tropas era elevada.

Eu também fazia parte dos efectivos que tinham saído à meia-noite de Bissorã, percorrendo trilos, com noite cerrada, até atingirmos o objectivo, com a moral em baixo, obviamente, e depois ser flagelado com granadas de Morteiro 82 e Metralhadoras disparadas pelo inimigo. O senhor Ministro nada ouviu nem sentiu. Qualquer um dos militares que estava no teatro de combate, em terra, sentir-se-ia com a moral em alta se andasse de helicóptero em companhia do mais alto responsável pela Defesa Nacional!

Enquanto o Ministro procurava mostrar serviço com a visita à Guiné, na Metrópole era criticado pela forma como as Forças Armadas actuavam na guerra do Ultramar. “O Ministro parece sem moral para enfrentar problemas de estratégia militar”¹²⁴

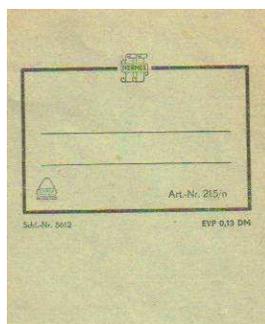
Noutra Operação ao Queré, no dia 6 de Maio de 1967, tomou parte o Tenente-Coronel H. Meyer, Adjunto do Adido Militar Americano em Lisboa. A sua participação em acções de combate efectivo na Guiné tinha a ver com a sua ida, oportunamente, para o Vietname, onde decorria uma guerra iniciada em 1960. A guerra que os Estados Unidos da América nutriam naquele país asiático tinha algumas semelhanças com a da Guiné.

O militar americano, alto e com máquina de filmar em punho, filmava de pé um combate que durou cerca de 15 minutos. O Homem teve de ser advertido pelo nosso Comandante Piçarra Mourão para deitar-se porque a sua altura era um alvo apetecido para os guerrilheiros do PAIGC. De todas as Operações em que participei, nesta ao Queré foi a única vez que senti passar a poucos centímetros de mim uma bala de metralhadora do inimigo.

Durante algum tempo, um mês ou dois de 1967, houve falta de granadas de LGFoguete. Recordo de, numa Operação em que participei, apenas tínhamos 3 granadas para utilizar no que desse e viesse. Tratou-se, segundo se disse, de um atraso no abastecimento de material dos Estados Unidos da América. Por sorte, a falha foi superada pela dispensabilidade de utilizar a mais do que havia na reserva.

¹²⁴ Franco Nogueira, Salazar, Volume VI

Caderno pautado a 5 linhas (14,5x21cm),
pertencente ao espólio capturado ao PAIGC,
pela CART 1525



Emboscadas e Patrulhamentos - Para além das Operações acima mencionadas, a CART 1525 fez 30 emboscadas e patrulhamentos. Esta diferenciação apenas é justificada por serem considerados de menor envergadura e importância, embora comportando iguais riscos e contactos com os guerrilheiros, tal como aconteceu nas acções denominadas Operações. Uma outra razão para a Companhia ter optado por esta classificação deveu-se ao facto de as emboscadas e patrulhamentos se realizarem ao nível de um grupo de combate e sem apoio aéreo (PCV).

A primeira destas acções realizou-se no dia 28 de Fevereiro de 1966 a Grandumbe, ainda na fase do treino operacional, tendo as NT sido flageladas pelo inimigo. A última ocorreu no dia 4 de Outubro de 1967 a Mansabandim e Quenhaque.

Outras tabancas de localidades diversas fizeram parte do roteiro deste tipo de acções, tais como Ganjogude, Empanquiname, Embunhe, Uanquelim, Chumbune e Damé.

Em grande parte destas acções houve emboscadas, feitas pelo inimigo que usou o Morteiro 82 e outro armamento. Na acção realizada no dia 5 de Janeiro de 1967, quando as NT se deslocavam para o objectivo previsto, tiveram um recontro no caminho com um grupo IN, de dois ou três elementos, que lançou sobre as NT 2 granadas de mão defensivas, pondo-se em fuga. Estas granadas provocaram a morte imediata ao guia e mais dois nativos, para além de 10 feridos ligeiros.

Na acção, em 11 de Setembro de 1967, a Damé e Empanquiname, as NT fizeram um morto ao IN, tendo a população desta última tabanca informado ser hábito os guerrilheiros irem aí buscar comida.

Um outro tipo de patrulhamento nocturno que fazíamos era o que se destinava a passar ronda pelos vários postos de sentinela que estavam instalados na periferia da Vila de Bissorã. Dois ou três turnos por noite, em Jeep apenas com as luzes de presença acesas. Não raras vezes houve notícia de a sentinela estar a dormir, o que acarretava perigo para a vila, favorecendo os turras se e quando se aproximavam do arame farpado usando granadas de Morteiro e armas pesadas em direcção à vila, visando essencialmente os quartéis das duas Companhias ali instaladas. Na noite de São João (23 de Junho de 1967), os turras fizeram um ataque. As balas de rasto luminoso que lançaram sobre a Vila poderiam significar fogo de artifício se o trajecto das mesmas não tivesse sido na horizontal!

Escoltas - Muitas outras actividades da CART 1525 foram consubstanciadas na realização de escoltas quer a colunas de qualquer espécie, quer em recolha das forças empenhadas em Operações, quer de segurança aos nativos em trabalhos de reparações e capinagem ou de recolha de produtos para a sua alimentação. As escoltas a colunas de viaturas civis e/ou militares eram frequentes, sob pena de

faltarem alimentos e mercadorias para os estabelecimentos comerciais não só de Bissorã, mas também do Olossato.



Dentro desta actividade merece realce o facto de não se ter descurado a “picagem” de todos os itinerários suspeitos. Nunca foi menosprezada a possibilidade do inimigo minar as vias de comunicação de piso térreo da área operacional (na época das chuvas as dificuldades ampliavam-se muito mais). Esta precaução levou a que fossem detectadas algumas minas anti-carro. Houve, no entanto, uma vez que rebentou uma mina ao passar o camião, por sinal sem militares na carroçaria, mas porque tinha uma grande camada de terra, os estragos não foram consideráveis.

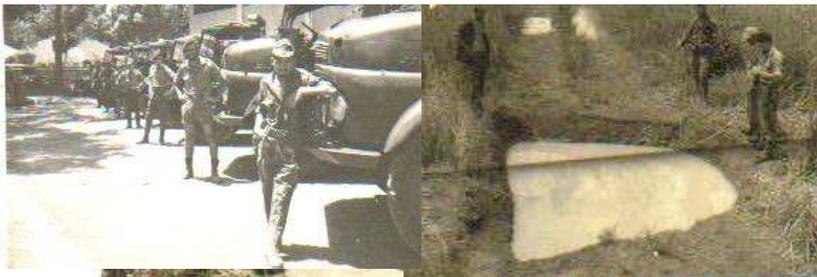
Escoltas houve em que foram encontradas árvores atravessadas no caminho, tirozeio e até grandes buracos cavados no piso térreo e percalços em pontes de madeira.

Ponte de madeira sobre o Rio Armada, em Bissorã, rebentada pelo peso da Mercedes



No dia 27 de Abril de 1966, foi promovida uma coluna especial, à noite, formada por um Grupo de Combate da CART 1525 e um da CCAÇ 1419, a fim de levar o prisioneiro Malan Camará a Bissau.

Malan Camará era Comandante de Pelotão da Companhia de Milícia nº 17 que, a partir de determinada altura, ficou adstrita à CART 1525 (antes dependia da CCAÇ 1419 – até esta ser transferida para Mansabá). Foi acusado de colaborar com os guerrilheiros do PAIGC, pelo que a PIDE tratou de o prender e mandá-lo para Bissau, onde faziam os interrogatórios e outras formas usadas para obrigar a declarações sobre a actividade subversiva inimiga. O certo é que o Malan nunca mais voltou a Bissorã. No fim da nossa missão nesta Vila era necessário deixar tudo em ordem a quem nos viria substituir. Foi perguntado às autoridades qual a situação do Milícia. A resposta foi que Malan Camará tinha morrido de “edema pulmonar”. Boa resposta!



Viaturas da CART 1525 e os obstáculos, provocados pelos guerrilheiros do PAIGC e nas Bolanhas.



As escoltas a partir de Bissorã, mesmo as que se destinavam a Bissau, estavam sempre sujeitas a perigos iminentes de ataques inimigos. Nem mesmo na estrada asfaltada entre Mansoa e Bissau era de descurar a hipótese de qualquer ataque.

Numa das minhas deslocações a Bissau, a fim de tratar de medicamentos em falta, um Oficial da Marinha achou por bem “chatear-me”. Estava eu a sair do Café Bento. Em sentido contrário vinha uma “alma” branca, cheia de “pureza” como se não estivéssemos numa terra em guerra. Cruzei-me com esse Oficial – não sei que patente tinha – a cerca de três metros. Eu vinha distraído a pensar na tarefa que ia fazer: tratar da relação de medicamentos. Não bati a pala a essa “alma pura”. Então, o Oficial incriminou-me dizendo: “Oh nosso Furriel! Não lhe ensinaram a cumprimentar os superiores?”. “Desculpe, eu vinha distraído porque...”, disse-lhe eu. Já não me lembro o que mais disse o Oficial. O que sei é que daí em diante nunca mais consegui olhar de frente para militares de farda branca...! E ainda hoje quando os encontro lembro-me do Café Bento e do Oficial de Bissau que talvez pensou que eu estava, voluntariamente, a cometer uma falta muito grave, ainda mais em tempo de guerra!

No conjunto das Escoltas, a CART 1525 realizou 192, sendo 92 ao longo do ano de 1966 – logo após a nossa chegada, sendo a primeira realizada no dia 3 de Março - e 100 durante 1967. As três últimas escoltas são significativas:

Outubro de 1967,

dia 3 – O 1º GrCombate e parte do 2º GrCombate seguem para Bissau, dando lugar à CCAV 1650.

dia 7 – O GrComandos “OS FALCÕES” e o resto do 2º GrCombate seguem para Bissau.

dia 10 – O resto da Companhia segue para Bissau terminando o movimento da sua rendição.

Actividades em Diligências - Várias vezes, forças da CART 1525 foram chamadas a exercer algumas actividades noutros aquartelamentos. De recordar a guarnição ao «Abrigo de BRAIA», em Mansoa. Outra missão foi proteger os trabalhos da construção de um Destacamento em MAQUÉ e guarnecer o mesmo durante a noite.

“Várias vezes a Companhia se viu obrigada a actuar, ainda muito cedo, ao nível de dois GrComb em virtude de o outro se encontrar nalguma missão noutro destacamento.

Permitimo-nos aqui recordar e chamar a atenção para o período em que a Companhia reforçou Mansoa. A actividade aumentou consideravelmente exigindo consequentemente um aumento de esforços, enquanto no sector de Bissorã a actividade praticamente estacionava por falta de forças.

Recordamos ainda as noites contínuas em que se “tentava” repousar debaixo de chuva na guarnição de Maqué, ainda em princípios de construção do respectivo abrigo”¹²⁵

No conjunto, a CART 1525 realizou 49 acções de Diligências que mais não eram senão funções de “solidariedade”.

Actividades Diversas - Outras acções esporádicas ou de menor envergadura foram realizadas por motivos diversos. Grande parte destas acções era levada a cabo em

¹²⁵ «Historial da Companhia de Artilharia nº 1525», FALCÕES, Guiné Portuguesa

perseguição de alguns elementos do inimigo, actuando-se ao nível de GrCombate, apoiado quase sempre por soldados da Milícia.

Uma situação ocorreu que merece ser transcrita:

“Na madrugada do dia 3 de Fevereiro de 1967, um grupo de balantas de Bissorã, no qual iam integrados Milícias e Polícias Administrativos, encontrou-se em plena escuridão da noite com uma coluna de reabastecimento de material do IN. A surpresa foi geral de parte a parte, sendo contudo os elementos de Bissorã os primeiros a reagir e a aperceberem-se da situação, abrindo acto imediato fogo. Desorientados, os carregadores inimigos, puseram-se em fuga, abandonando pura e simplesmente o material que transportavam. O nosso pessoal, ainda incrédulo, mais não teve do que recolher aqueles despojos, e regressar à vila, onde contou o sucedido, e apresentou as provas materiais da acção. Tinham trazido consigo 4 M.L., 8 Esp Aut. e grande quantidade de granadas de Mort. 82 e L.G.F. Calculando-se que no local do recontro houvesse ainda outro armamento abandonado, imediatamente saiu o 2º Grupo de Combate, devidamente enquadrado, em plena madrugada ainda, e efectivamente, pouco depois regressava trazendo consigo mais duas M.P., granadas de Mort. e L.G.F., medicamentos, cunhetes com fitas de M. L. e material diverso (...)”¹²⁶

Na Operação a RUA, no dia 1 e, no dia 3 de Fevereiro, nos arredores de Bissorã, de um forma inesperada foi capturado muito material importante pela sua potencialidade de fogo, tendo sido motivo para uma deslocação do Brigadeiro Arnaldo Schulz, Governador-Geral e Comandante Chefe, que assistiu a danças e cantares da região à volta do material apreendido. Foi um “ronco”!

Dos medicamentos apreendidos havia seringas, algumas muito melhores do que as usadas por nós, (de plástico resistente, próprias para injeções endovenosas, de 20 CC¹²⁷). Também transportavam penicilina, cuja capacidade curativa era mais potente do que a nossa que era de 800.000 unidades, enquanto que a do inimigo era 1.200.000 unidades.

Formatura de um Pelotão da CART 1525, em Bissorã, antes do desfile semanal (Domingo)



Foi introduzido o hábito de, aos domingos - se não todos, pelo menos em alguns – fazer-se um desfile militar em algumas ruas da vila. A razão desta iniciativa só poderia ser mais um contributo para quebrar a monotonia que frequentemente ali pairava quando outras tarefas não eram exigíveis.



Em Bissorã, festa com dança pela captura de armamento ao PAIG, pela CART 1525, na Operação a RUA, no dia 01/02/1967, e no dia 3, nos arredores de Bissorã. Apreensão importante que motivou a deslocação àquela Vila do Governador, General Arnaldo Schulz

¹²⁶ «Historial da Companhia de Artilharia nº 1525», FALCÕES, Guiné Portuguesa

¹²⁷ “Seringue S.E.S.I. Breveté S.G.D.G – Modele Déposé MADE IN FRANCE »

Das diversas acções operacionais em que a CART 1525 participou, posso resumir o seguinte balanço:

- Foram mortos cerca de 100 guerrilheiros do PAIGC;
- Foram feitos 25 prisioneiros ao PAIGC;
- Foram capturadas: 52 armas (incluindo Metralhadoras Pesadas, Metralhadoras Ligeiras, Espingardas, Espingardas Automáticas e Pistolas Metralhadoras; 27 Granadas de Morteiro 82; 33 Granadas de Canhão S/Recuo; 12 Granadas de Morteiro 60; 14 Granadas de Lança-Granadas-Foguete; 15 Granadas de Mão; outro material (1 Prato Base de Morteiro 82 – 1 Tripé de Metralhadora Pesada – 10 Minas Anti-carro – 1 Mina Anti-pessoal – cerca de 7.000 Munições de Armas Ligeiras – dezenas de Documentos – Fardamento);

- As NT (nossas tropas) sofreram: 3 mortos de pessoal Metropolitano; 6 mortos da Companhia de Milícia nº 17; 2 mortos da Companhia de Polícia Administrativa; 8 mortos de Caçadores Nativos de Bissorã;

5 feridos graves, 10 feridos menos graves e outros com ferimentos ligeiros (todos Metropolitanos); 10 feridos graves, 19 feridos menos graves e outros com ferimentos ligeiros (todos Nativos).

No conjunto das acções realizadas, acima mencionadas, temos os seguintes totais:

- De carácter operacional e diversas: 281 (destas, 58 ocorreram com contacto de fogo);
- Quilómetros percorridos a pé: 3.561;
- Quilómetros percorridos em viatura: 4.744.

Actividade Interna: Obras e Melhoramentos - Após a chegada da Companhia a Bissorã, desde cedo empreendeu acções de natureza interna, tendo em vista criar melhores condições de vida, quer aos militares, quer à população civil.

Cozinha/Refeitório/Cantina - CART 1525 - Bissorã - 1966



- A primeira obra de raiz foi a construção da Cozinha, Refeitório para os soldados e Cantina. Esta obra era indispensável porque o refeitório existente resumia-se a um tecto de capim, onde os militares eram obrigados a comer de pé e sem o mínimo de

condições ao seu bem-estar e comodidade. Num espaço de 30 metros de comprimento por 6 de largura, a nova estrutura, suportada por troncos de palmeira, foi inaugurada no Domingo de Páscoa de 1966. A ementa foi um cozido à portuguesa, regado com vinho e até houve champanhe!

- Outra obra importante foi a construção de um novo Paiol, porque o existente não oferecia condições de segurança a qualquer ataque inimigo com armas pesadas, assim como uma nova oficina de mecânica auto.

- Foram instalados novos filtros para a água, sistema de banhos de duche e todas as casernas foram pintadas, com a colaboração da Administração da Vila.

- Com o fim das chuvas do Inverno de 1966, em Novembro deu-se início à reparação das estradas que haviam ficado em péssimo estado. Foram reparadas as estradas Bissorã/Mansoa/Olossato/Mansabá/Biambe, assim como melhoramentos das estradas no centro e arredores da Vila.



- “Para comemorar o primeiro aniversário da permanência da Companhia em Bissorã, foi erigido um MONUMENTO simbólico, de reconhecimento perpétuo à vila e aos seus habitantes. O obelisco que foi construído em pedra e cimento, de configuração piramidal quadrangular era encimado por um Falcão em alto relevo, tendo o imóvel uma altura aproximada de 2,5 metros”¹²⁸



Actualmente, este Monumento ainda se encontra no mesmo local porque não foi destruído após a independência da Guiné. Apenas sofreu a deterioração própria do tempo, por não ter sido pintado, como naturalmente muito bem se compreende.

As fotografias mostram isso mesmo: a da esquerda é a da data da construção; a da direita identifica o estado muito recente.

- Outros melhoramentos foram feitos na Messe de Oficiais, bar de sargentos, cantina dos soldados.

- De salientar também a construção de pontões na estrada de NAGA e MANSOA, que ficaram bem construídos de modo a suportarem elevado peso das inúmeras viaturas que por lá passassem.

Auxílio às Populações e Colaboração com a Autoridade Administrativa – A permanência ininterrupta em Bissorã durante cerca de 20 meses proporcionou um conjunto de relações sociais que ultrapassaram o estrito dever militar em guerra.



Edifício da Administração de Bissorã, Março de 1967

A nossa assimilação da cultura do povo autóctone foi uma constante até se entender os problemas económicos e sociais dum povo tocado por uma guerra que, durando já 3 anos, tinha mudado por completo o ritmo da sua economia e as inter-relações sociais tradicionais.

Para além do apoio na segurança às populações, nos trabalhos da lavoura nos locais mais afectados de Bissorã, foi proporcionado transporte de produtos agrícolas pelas nossas viaturas, bem como apoio com alimentos, sempre que era possível.

¹²⁸ «Historial da Companhia de Artilharia nº 1525», FALCÕES, Guiné Portuguesa

As aulas da “Escola Regimental”, ministradas pelo Furriel Benfeito da Costa, ainda hoje são recordadas pelo Luís Sani, então aluno e hoje engenheiro a trabalhar fora da Guiné-Bissau. Este, então jovem aluno, não tem pejo em afirmar que deve muito às aulas daquele Furriel a formação que prosseguiu.

Acima de tudo houve sempre o cuidado pelo respeito das crenças e costumes naturais, independentemente da tribo a que cada habitante pertencia.

Alturas houve que surgiram pedidos de apoio a tabancas do mato, cuja população, no desejo de se furtarem à acção violenta do inimigo, resolviam abandonar a zona e integrar-se em Bissorã.

A simpatia da população pela CART 1525 foi tal que, à nossa saída, realizou um batuque em sinal de despedida sentida. Não é por mero acaso histórico que o nosso monumento, construído naquela vila, se mantém intacto!

Também entre a Companhia e o Administrador de Circunscricção, senhor Aguinaldo Spenser Salomão, houve a maior colaboração recíproca em todos os casos passíveis de apoio em todas as situações surgidas.

Quando foi inaugurado o Talho na vila de Bissorã, a CART 1525 foi convidada para o acto, como muito bem se entenderá tal convite.

Talho construído pela Câmara Municipal de Bissorã
Inaugurado em 11/06/1967



Tempo de Lazer - Nos intervalos das acções dedicadas à guerra e actividades a esta ligadas, foi deveras importante o tempo de lazer levado a cabo por cada um dos elementos da CART 1525. Cada qual à sua maneira e de acordo com as suas opções, foi possível dar mais vida social a Bissorã, para além da que dizia respeito à vida operacional de âmbito estritamente militar, cada vez mais exigente, até pelos ataques terroristas que, de quando em vez, assolavam a vila.

Nas alturas do ano mais festivas (Natal e Ano Novo) realizaram-se convívios que, independentemente no número de presenças, foram bastante significativos sob o ponto de vista social, a que se associaram comerciantes locais.

Durante a actuação do
«Conjunto Musical das Forças Armadas –Guiné 1966/1967»,
em 26/02/1967, no cinema do Atlético Clube de Bissorã.



No Clube local, com espaço para cinema, duas vezes por semana eram exibidos filmes de grande metragem, que muito bem faziam parte das horas de lazer não só dos habitantes, mas também dos militares. Foi neste espaço de cultura que actuou o «Conjunto Musical das Forças Armadas—Guiné 1966/1967» quando, em digressão pela Guiné, se deslocou a Bissorã, de que guardamos algumas gravações de simbolismo extraordinário.

Os espaços desportivos de Bissorã para a prática do futebol, voleibol, basquetebol, andebol de sete e pingue-pong (no Clube) proporcionaram horas de lazer importantes, diria mesmo, de competição entre os militares das companhias ali instaladas e as equipas locais.

Quando a CART 1525 chegou a Bissorã, o «Atlético de Bissorã» disponha de uma equipa aguerrida. A CCAÇ 1419 também tinha constituído a sua equipa. Da nossa Companhia faziam parte dois futebolistas profissionais, o Testas e o Candeias, que foram os grandes impulsionadores da formação de uma equipa de “praticantes”, mas que se tornou “semi-profissional”.

Equipas da CART 1525 e do Atlético Clube de Bissorã



Em vários Domingos realizaram-se diversos jogos. “Os resultados até Novembro 66, data em que a CCAÇ 1419 deixou Bissorã, não podiam ser mais favoráveis. Assim, nos seis jogos efectuados com aquela Companhia contam-se cinco vitórias, sendo a mais expressiva por 4 – 0 e apenas um empate a 2 bolas. Com o Atlético local em outros seis encontros conquistaram-se quatro vitórias e sofreram-se duas derrotas”¹²⁹

A CCAÇ 1419 foi substituída pela CART 1612 que já tinha uma equipa organizada. Foram efectuados cinco jogos entre as duas CART (1525 e 1612), tendo a primeira averbado três vitórias, sendo uma por 6 – 0 e dois empates.

“Há a assinalar que, durante este período, a nossa equipa foi convidada para efectuar um jogo em Bissau contra a do BatInt. Após vencidas algumas dificuldades organizou-se uma coluna especial e tornou-se realidade tal desejo. O valor da equipa do BatInt, ao que nos foi informado, era bastante, pelo que em vez da equipa da Companhia constituiu-se um misto, actuando quatro elementos da CART 1612. Afinal estes, todos de reconhecido valor, falharam totalmente, sendo um deles o guarda-redes, que consentiu três golos absolutamente defensáveis. Resultado final: 1 – 4”¹³⁰

Num outro jogo entre a equipa da CART 1525 e uma selecção formada por jogadores do Atlético de Bissorã e da CART 1612, o resultado foi um empate a três bolas.

Tinha a CART 1525 18 meses de comissão de serviço quando o Atlético Clube de Bissorã iria comemorar o 19º aniversário. A dignidade da efeméride merecia a realização de um campeonato de futebol entre a equipa daquele clube e as CART 1525 e 1612. Designado o Atlético para a final, uma eliminatória entre as duas Companhias deveria apurar o outro finalista para a disputa da taça «Aguinaldo Salomão». Mais uma vez a CART 1525 foi a vencedora por 2 – 1. Na final com o Atlético de Bissorã, o resultado foi 2-0 a favor da nossa Companhia, ganhando a taça.

Substituída a CART 1612 pela CART 1746 (chegada recentemente da Metrópole), três jogos realizaram-se entre esta e a CART 1525: “Em três jogos efectuados, outras restantes vitórias, sendo duas bastante expressivas, 9 – 0 e 6 – 0”¹³¹.

¹²⁹ Idem

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Idem

A CART 1525 realizou ainda dois jogos com uma selecção formada entre o Atlético e a CART 1746, tendo aquela ganho as duas partidas, sendo o resultado da última por 5 – 4.



“Já em Bissau não parou todavia esta intensa actividade, defrontando-se por duas vezes a equipa de Engenharia conseguindo-se duas vitórias se bem que tangenciais. O último jogo com a equipa do Hospital é que não correu muito favoravelmente, pois averbou-se uma derrota por 4 – 3”¹³².

No Atletismo, as nossas actividades resumiram-se à participação, no feriado do dia 1 de Dezembro de 1966, numa prova integrando elementos do Atlético Clube e da Ala da Mocidade Portuguesa de Bissorã, com prova de 100 metros, 1500 metros e salto em comprimento e altura e uma corrida denominada “Volta a Bissorã”. Francisco Candeias da CART 1525 venceu os 100 metros e o salto em comprimento. Nos 1.500 metros obtivemos o 2º lugar e na corrida o 2º e 3º lugares, mas falhando redondamente no salto em altura.

No Bridge, o Germano Silva e o Rosa Mendes obtiveram os dois primeiros lugares num campeonato organizado aquando das comemorações do 19º aniversário do Atlético Clube.

No Ténis de Mesa, dos dois torneios realizados pelo Atlético, elementos da CART 1525 ficaram em lugares cimeiros.

“As restantes modalidades com a possibilidade de aqui serem praticadas não tiveram muito incremento nosso, em parte por falta de tempo, em parte com falta de elementos com aptidão para elas. Registaram-se, no entanto, alguns jogos-treino de Voleibol e a prática de Ténis no “court” que em boa hora aqui foi construído. Os amantes da caça e da pesca também tiveram possibilidades de praticarem as suas modalidades preferidas, pois as condições naturais proporcionaram-lhe nesses desportos agradáveis momentos de diversão”¹³³

Uma das formas de esquecer por algum tempo as intempéries da guerra foram os passatempos que, grande parte das vezes, decorriam no espaço do BAR DE SARGENTOS, instalado na casa de baixo. A partir da altura em que ocorreu um ano de comissão, todos os dias à meia-noite havia uma cerimónia de riscar o dia que tinha passado. Era menos um dia que faltava para o tempo “regulamentar” previsto para o fim da missão.



A «velhice» dos Furriéis
em Julho de 1967

Já na contagem final da comissão de serviço, a “velhice” era um “posto”, caracterizada pelas barbas brancas postiças, feitas de algodão.

¹³² Idem

¹³³ Idem.

Esta “velhice” também determinou a realização de uma falsa inspecção médica aos sargentos da CART 1612, poucos dias após a sua chegada a Bissorã para nos render. A “inspecção” foi simples mas significativa: com a devida autorização do comandante e do médico militar ao serviço em Bissorã, o local escolhido foi o Bar de Sargentos da CART 1525.

Preparei uma ficha para anotar os dados obtidos na inspecção (tensão arterial, auscultação ao estado pulmonar e eventuais maleitas detectadas pelo estetoscópio). O «médico», devidamente fardado e com os galões de Tenente, foi o Furriel Nelson.

Saímos da casa de cima dos sargentos num Jipe, com toda a seriedade que podemos imaginar para que a “inspecção” não fosse gorada.

O que se passou durante o tempo que levou para auscultar os Furriéis e Sargentos da CCAV 1650 (alguns não compareceram porque estariam em tarefas importantes) foi espectacular: uns, na tentativa de se furtarem a Operações no mato, diziam que sofriam de reumatismo quando apanhavam chuva, outros “inventaram” razões diversas para beneficiarem, talvez, de serviços moderados que, na Metrópole, não tinham conseguido – era tarde porque no teatro de operações – não havia “cunhas”.

Todos tinham a tensão arterial com os níveis adequados para iniciarem a comissão de serviço! Mas, a brincar, o certo é que o “médico” Nelson descobriu asma num dos Furriéis inspecionados.

- «médico»: “o senhor tem asma!”

- Furriel: “tenho senhor doutor!”

- «médico»: “olhe, arranje expectoração, deite num frasco pequeno e leve amanhã à consulta que se realiza no Posto de Socorro, pela manhã!”

Quando, no dia seguinte, o Furriel chegou para entregar a expectoração para análise e viu que o médico não era o que tinha feito a “inspecção”, perguntou-me: “olha, não foi este médico que ontem nos fez a inspecção?” Disse-lhe: “pois não, este é outro médico!”

Chegada a sua vez, o Furriel entregou ao médico o frasco: “tenho a expectoração que o outro senhor doutor mandou trazer para analisar”.

-Médico: “deixe ficar aqui!” E fez-lhe a consulta com toda a normalidade como se tudo tivesse sido normal no dia anterior.

Conclusão: como o verdadeiro médico sabia da falsa inspecção, nada deu a entender que algo de estranho tinha acontecido no dia anterior. Aliás, o Dr. Goulão quis assistir à falsa inspecção colocando as divisas de furriel. Apenas à hora do almoço do dia seguinte é que foi descoberto que, afinal, a inspecção tinha sido obra da nossa “velhice”!

Constou que, em Mansoa, tinha havido uma falsa palestra, feita por um militar que se fez padre sem o ser.

Louvores e condecorações - O reconhecimento pela missão cumprida ficou patente em louvores e condecorações, quer à CART 1525, quer a alguns Oficiais, Sargentos e Praças:

- Louvor à CART 1525, pelo Comandante Militar do C.T.I.G., Brigadeiro Victor Novais Gonçalves, 27 de Outubro de 1967;

- Citação que mereceu a CART 1525 por parte do Comandante da BCAÇ 1857, por seu despacho de 31 de Outubro de 1966;

- Louvor concedido pelo Comandante do BCAÇ 1876, em 6 de Abril de 1967.

Indivudalmente considerados, houve no total as seguintes Condecorações e Louvores:

- 6 Cruz de Guerra;
- 8 Louvores pelo Comandante Militar;
- 6 Louvores pelo Agrupamento 1976;
- 16 Louvores pelos Comandantes de Batalhão.

“Por acções em combate, e por propostas da Companhia, foram promovidos a Alferes de 2ª Linha 2 elementos da Companhia de Milícia nº 17, um terceiro está proposto, e para Cruz de Guerra foram propostos 2 Milícias, 1 Polícia Administrativo e 1 Soldado Ultramarino da Companhia”¹³⁴



À esquerda, avenida marginal de Bissau, com o navio Uíge ao fundo.
À direita, esplanada do «Cafê Bento», em Bissau, Outubro de 1967

De regresso à Metrópole, cada qual seguiu a sua vida. Mas, dez anos passados, em 1977, foram iniciados encontros anuais de muitos dos elementos da CART 1525. Esses encontros revelam, ainda hoje, o reconhecimento da camaradagem que reinou durante todo o tempo da comissão de serviço. A lei da vida determinou a morte de alguns camaradas, incluindo o nosso Comandante.



Convívio da
CART 1525 e
1526, em
1995

Feito este necessário interregno à cronologia dos acontecimentos da guerra na Guiné e do que na Metrópole se pretendia com o Ultramar, regresso às sequências cronológicas gerais partindo dos primeiros meses do ano de 1966.

¹³⁴ Idem

No dia 13 de Abril daquele ano, dirigentes políticos com responsabilidade pela governação de Angola deslocaram-se à residência oficial do Presidente do Conselho para o homenagear. Foi mais uma oportunidade para um discurso de circunstância sobre a guerra no Ultramar. Salazar iniciou o discurso afirmando:

“Comove-me profundamente a vossa peregrinação de longes terras até este Palácio, sede do Governo e da representação de toda a Nação Portuguesa (...) corresponde à vossa determinação, a determinação de ficar. O homem que fica, vivo ou morto, ocupa de facto o território; o que abala, deserta e abandona-o”.

Mais adiante refere que “Tínhamos este conjunto de circunstâncias e de problemas bem presentes ao nosso espírito quando deflagrou contra nós em Angola o terrorismo. Ecoaram nos nossos ouvidos os gritos lancinantes da Província, como depois os da Guiné e de Moçambique. E a voz do sangue, o espírito das gerações passadas, a força da história fizeram vibrar o nosso coração de portugueses e apelaram veementemente para a nossa razão de governantes responsáveis”.

Ao terminar, respondendo a um apelo que teria sido formulado para visitar Angola, justificou a sua clausura no Palácio afirmando:

“E a tão desejada visita a Angola? Pois parece-me bem deixá-la para o momento em que, dominado ou expulso o último terrorista, ali possamos celebrar o heróico esforço da defesa”¹³⁵.

No 40º aniversário do 28 de Maio de 1926, o Presidente do Conselho deslocou-se a Braga, onde proferiu um discurso na sala da Biblioteca Pública, começando por afirmar:

“Nenhum de nós pode fazer a ideia do motivo porque me encontro nesta sala e neste momento, se não tiver presente que sou o único em funções de mando desde que a Nação, precisamente em Braga, foi alertada para nova vida, nos quarenta anos decorridos desde 28 de Maio de 1926 (...) Sofreu-se a seguir da penúria e desorganização económica da Europa e dos outros continentes, e poucos anos depois começámos a ser flagelados pelas ondas terroristas vindas de países vizinhos a invadir Angola, a Guiné e Moçambique”¹³⁶.

Em Agosto do mesmo ano de 1966, o Governo decretou o aumento dos impostos, entre 7 e 17 %, tendo em vista fazer face às despesas militares, decorrentes da guerra nas colónias. E em 24 de Setembro, Salazar ordena a reabertura do Campo de Concentração do Tarrafal (em Cabo Verde), pelo Dec-Lei nº 47.216, como forma de aumentar a capacidade de reprimir todos quantos faziam parte dos movimentos de libertação de Angola, Guiné e Moçambique, ou aqueles que não alinhassem com a política ultramarina do regime totalitário e caduco do Estado Novo¹³⁷.

Mas no teatro de operações, as tropas portuguesas e os guerrilheiros do PAIGC continuavam em confrontos constantes, ao ponto de, em Outubro, ter sido criado, na Guiné, o Batalhão de Caçadores Pára-Quedistas nº 12, e o PAIGC começou a utilizar comunicações via rádio, tendo-lhe sido capturado um emissor-receptor P-104M

¹³⁵ «Determinação de ficar», na Homenagem de Angola ao Presidente do Conselho, em 13 de Abril de 1966, S.N.I., Lisboa, 1966.

¹³⁶ «No 40º Aniversário do 28 de Maio», Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho na sala da Biblioteca Pública de Braga no dia 28 de Maio de 1966. S.N.I., Lisboa, 1966.

¹³⁷ O «Campo de Concentração» foi criado no Tarrafal, na Ilha de São Tiago, Cabo Verde, a 23 de Abril de 1936 e inaugurado em Outubro desse ano. O Estado Novo chamou-lhe Colónia Penal, mas foi inspirado nos exemplos mais horrendos de Mussolini e Hitler. Funcionou até 1954, tendo sido suspenso temporariamente.

(soviético) e também preparava o início da entrada em funcionamento de uma emissora – a «Rádio Libertação».

Com o novo ano de 1967 pela frente, a guerra progredia, tendo o PAIGC utilizado pela primeira vez, em 10 de Fevereiro, cocktails Molotov em operações no mato, enquanto que no dia 22, Portugal vê a sua posição reforçada pelo facto de a NATO ter decidido instalar em Lisboa a sede do recém criado Comando da Área Ibero-Atlântica, pese embora as posições assumidas contra Portugal pela ONU, OUA e Movimento dos Não Alinhados, por razões da política ultramarina.

No mês de Abril, os guerrilheiros do PAIGC fizeram um forte ataque ao quartel localizado em Encheia, que ficava a meio caminho entre Mansoa e o Biambe. O ataque causou cinco mortos e oito feridos às tropas portuguesas. Entretanto, estas preparavam-se para instalar um aquartelamento de raiz no Biambe, que acabou por criar muitas dificuldades nos combatentes do PAIGC, especialmente em arranjar alimentos, uma vez que as tropas portuguesas passaram a controlar grande parte da população daquela área.

A estratégia do Governo Português virava-se para enfraquecer, ou mesmo derrotar a frente de abastecimento Leste ao PAIGC, vindo da Guiné-Conacri, tendo, em Setembro, a PIDE iniciado contactos com sectores políticos da oposição ao Governo de Conacri. Mas em Dezembro o PAIGC utilizou, pela primeira vez, granadas de fumo, na área de Poindom, entre Bambadinca e Xime e, por outro lado, procedia a uma reorganização da estrutura militar, acabando com a Milícia Popular e mantendo os grupos de guerrilheiros e o Exército Popular. Ao mesmo tempo criou o Comando da Frente Leste e inaugurou, no dia 2 de Dezembro, um Campo Militar em Zinguinchor, no Senegal.

A estratégia do PAIGC obrigou necessariamente a novas preocupações das Forças Armadas Portuguesas, enquanto na Metrópole e nas Províncias Ultramarinas as movimentações a favor da guerra não paravam de se evidenciar. Uma vez que o Presidente do Conselho não se deslocava às Províncias Ultramarinas, representantes destas vinham com ele, como aconteceu no dia 30 de Novembro de 1967. Representantes dos Municípios de Moçambique deslocaram-se a Lisboa para homenagear Salazar. Foi mais uma oportunidade para um discurso, em que não podia faltar referências à guerra, mas reconhecendo erros estratégicos graves. A determinado momento afirmou:

“O primeiro erro que se nos depara como causa da infeliz situação africana, na maior parte do seu território, é ter-se partido desta ideia – a identidade do continente a que por isso as mesmas fórmulas políticas, económicas e sociais haviam de aplicar-se. Talvez um pouco porque nós mesmos temos insistido nesse defeito de visão, começa hoje a compreender-se a realidade e a admitir-se a existência de uma tríplice África que teria exigido regimes e tratamentos diversos: a África afro-árabe; a África tipicamente africana e a euro-africana ao sul (...) Seria grave risco para o mundo deixar arreigar-se a convicção de que o terrorismo é invencível; e foi certamente por isto que a Inglaterra tão bem o bateu e liquidou no Quénia e na Malásia (...) Adivinho uma pergunta: e quanto tempo será necessário para fazer cessar o terrorismo, continuando a apelar para todas as forças do nosso ânimo, a jogar todos os recursos públicos e particulares, a arriscar a vida da nossa melhor juventude e a impor às famílias dos

combatentes as mais duras provações? Quanto tempo ainda? Respondo. Há em África ideologias que conduzem a subversão, e há também interesses que sobrenadam no caos e com ele estão esperançados de obter facilidades e privilégios. A «solidariedade africana» que, sem protestos, ousa pregar na ONU a legitimidade dos movimentos terroristas e o direito de os apoiar dos respectivos territórios, não dispõe senão da força que lhe advém da conjugação daquelas ideologias e dos aludidos interesses (...) Mas penso que deve ser-se optimista quando se está seguro de fazer durar indefinidamente a resistência. Essa possibilidade é que é a prova da força e o sinal seguro da vitória, através da qual não queremos senão continuar na paz a Nação Portuguesa”¹³⁸.

À medida que o Estado Novo apertava o cerco aos seus opositores, o ano de 1968 foi fértil em acontecimentos políticos: a sociedade civil e os estudantes universitários promoveram manifestações de oposição ao regime, tendo, em Janeiro e Fevereiro, estudantes de Lisboa e Porto promovido grandes manifestações contra a guerra em Angola, Guiné e Moçambique.

O cerco a Portugal era cada vez mais apertado, de tal forma que foi decidido que o Presidente da República, Américo Tomás, fizesse uma visita oficial a Cabo Verde e Guiné, o que aconteceu no dia 2 de Fevereiro, para fazer crer aos portugueses e aos países estrangeiros que Portugal dominava a guerra na Guiné. Puro engano. As incursões dos guerrilheiros do PAIGC em zonas que pareciam inatacáveis desmentiam constantemente a propaganda do regime de Lisboa.

Pouco mais de 15 dias após a passagem de Américo Tomás pela Guiné, no dia 19 de Fevereiro um grupo de combatentes do PAIGC fez um ataque ao Aeroporto Internacional de Bissau. Ali tão perto da sede dos altos comandos da Província. O grupo de guerrilheiros, liderado pelos comandantes André Gomes e Joaquim N`Com atravessaram o rio Mansoa, perto de Bula e instalaram-se muito perto do Aeroporto de Bissalanca (Bissau), onde, durante a noite, instalaram as armas. Conforme relata Luís Cabral, “cerca das 22 horas, lançaram os primeiros obuses de morteiro contra as instalações militares do aeroporto de Bissalanca”.

Com cinco anos de guerra em curso, o ataque ao aeroporto, no dia 19 de Fevereiro de 1968, denunciava claramente que a situação era muito mais grave para as tropas portuguesas do que o regime anunciava. Não tardou muito tempo para que, na estrada que liga Buba a Quebo, junto a Mampatá (no Sul do território) o PAIGC, numa emboscada à tropa portuguesa, fizesse prisioneiros oito militares. No dia 15 de Março, três daqueles oito prisioneiros foram entregues pelo PAIGC à Cruz Vermelha Senegalesa. Amílcar Cabral acedeu à entrega dos militares (apenas três) como forma de pressionar o Governo português a negociar a questão da independência da Guiné, parando os combates se houvesse tal disposição da outra parte.

No dia 27 daquele mês de Março, foi apreendido um avião da Guiné-Conacri, que aterrou em Bissau, certamente por qualquer emergência. As autoridades portuguesas aproveitaram tal apreensão para negociar a entrega do avião se o PAIGC entregasse os restantes prisioneiros que ainda estavam em seu poder.

Enquanto a PIDE não parava de fazer prisões de natureza política, como foi a de Mário Soares, em 19 de Março, que foi obrigado a fixar residência em São Tomé e Príncipe, o PAIGC continuava a atacar em força em todas as frentes de combate, usando

¹³⁸ «A Política de África e os seus Erros», Discurso pronunciado por sua Excelência o Presidente do Conselho, Doutor António de Oliveira Salazar, na Homenagem prestada pelos Municípios de Moçambique, em 30 de Novembro de 1967, S.N.I, Lisboa, 1967.

metralhadoras pesadas, lança-granadas-foguete e morteiro. No dia 10 de Abril, o ataque sem precedentes ao quartel da tropa portuguesa de Santa Cunda, na região de Bafatá, foi de tal ordem que, cercados completamente pelos guerrilheiros, “onze militares portugueses renderam-se e foram feitos prisioneiros”, segundo relata Luís Cabral.

Entretanto, o mês de Maio de 1968 marcava uma nova fase da guerra por parte das entidades portuguesas, com a nomeação de António de Spínola para o cargo de Governador-Geral e Comandante-Chefe do Comando Territorial Independente da Guiné.

Terceira Fase - O período que decorreu entre Maio de 1968 e Setembro de 1973 foi fértil em acontecimentos políticos e militares. No que à Guiné diz respeito, no mês de Maio de 1968, teve lugar a substituição do General Shultz pelo então Brigadeiro António de Spínola, e, no dia 27 de Setembro desse mesmo ano, Salazar é substituído pelo Prof. Marcelo Caetano na chefia do Governo. No dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado em Conacri. Em Setembro seguinte, o General António de Spínola deixa a Guiné.

Da parte do PAIGC, aquele período coincide com a reestruturação das frentes de combate, com novas estruturas no Partido e com o incremento das acções sociais e contactos internacionais. Apesar da morte de Amílcar Cabral, realizou-se o II Congresso, em Julho daquele ano, que elegeu Aristides Pereira para o cargo de Secretário-Geral.

Com o incremento das acções militares do PAIGC, António de Spínola chegou à Guiné talvez convencido que o seu plano estratégico com ataques em força, concentrando mais as forças dispersas, a acção psicológica e conversações com o inimigo iriam acabar com a guerra e chegar a uma situação de pacificação. Mas o PAIGC não só não abrandou a guerrilha, como a incentivou cada vez mais com equipamentos militares mais modernos e sofisticados, nomeadamente a utilização pela primeira vez, em Agosto seguinte, do Morteiro de 120mm.

Uma das primeiras medidas estratégicas de Spínola foi ordenar, no dia 9 de Junho de 1968, a transferência da unidade militar que estava em Madina do Boé e, 10 dias depois, elaborou uma directiva acerca da defesa da Ilha de Bissau, que era vulnerável a ataques do PAIGC, como tinha já sucedido em Fevereiro daquele ano.

Entretanto, no dia 18 daquele mês de Junho, foram aprisionados pelo PAIGC um sargento e oito soldados, e, no mês de Setembro, em Gandembel, a tropa portuguesa foi flagelada com grande poder de fogo do inimigo, utilizando Morteiros 120 e 82 e Canhões s/Recuo, numa altura em que a ONU anunciou que havia cerca de 61.000 refugiados da Guiné no Senegal.

No dia 3 de Agosto daquele fatídico ano de 1968, quando estava a passar férias no Forte de Santo António do Estoril, o Presidente do Conselho de Ministros, António de Oliveira Salazar, sofreu um grave acidente (com uma queda da cadeira) que motivou, no dia 7 do mês seguinte, uma intervenção cirúrgica a um hematoma cerebral. Com um acidente vascular, ocorrido no dia 16 de Setembro, o seu estado de saúde ficou muito precário.

Com uma incapacidade física acentuada, Salazar foi exonerado, no dia 27 daquele mês de Setembro, pelo Presidente da República que nomeou o Prof. Marcelo Caetano

para aquele cargo. Salazar faleceu em Lisboa no dia 27 de Julho de 1970 com 81 anos de idade, tendo os seus restos mortais seguido, no dia 30 do mesmo mês, para a sua terra natal – Vimeiro, concelho de Santa Comba Dão, Distrito de Viseu. Em Outubro seguinte, António de Spínola, em documento oficial, reconhece que a situação da Guiné é má:

“Não hesitamos em considerar como uma triste realidade a situação que hoje se vive na Guiné, situação que abrange (...) o aspecto económico-social e o aspecto militar”¹³⁹

General António de Spínola visita zonas avançadas da Guiné
(In: Revista do Jornal Expresso, 30/04/1994)



Primavera Marcelista - Marcelo Caetano,¹⁴⁰ docente da Faculdade de Direito de Lisboa, apesar de dirigente do Estado Novo desde a década dos anos trinta, era considerado um elemento importante da corrente modernizadora do regime, principalmente depois da II Guerra Mundial.



Marcelo Caetano numa «Conversa em Família»

O povo português aguardava mudanças acentuadas no caduco regime salazarista do Estado Novo (Estado Social, no novo entendimento de Marcelo Caetano) especialmente quanto a um novo rumo a dar às Províncias Ultramarinas e à guerra em particular.

Tanto assim era esperado que, pelo Decreto-Lei nº 48.686, de 15 de Novembro de 1968, o Governo extinguiu o Secretariado Nacional de Informação (SNI) e criou a Secretaria de Estado da Informação e Turismo; autorizou Mário Soares a regressar a Portugal; em 17 de Novembro do ano seguinte, pelo Decreto nº 49.401, extinguiu oficialmente a PIDE e criou a Direcção-Geral de Segurança (DGS); extinguiu a «Censura Prévia» mas criou o «Exame Prévio»; e outras mudanças que foram mais de nomes do que de práticas como tinham sido idealizadas por Salazar. Este já tinha mudado o nome de Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) para Secretariado Nacional da Informação (SNI); PVDE para PIDE; Império Colonial Português para Províncias Ultramarinas.

Quando parecia estar para breve sinais de abertura do regime, a PIDE, em Novembro de 1968, prendeu o Padre Felicidade Alves, pároco de Belém, sob acusação de estar envolvido em acções de contestação à política ultramarina do Governo; em Dezembro, o Governo ordenou que a PIDE encerrasse o Instituto Superior Técnico devido às contestações dos estudantes à política ideológica seguida.

¹³⁹ In «Guerra Colonial – Angola, Guiné, Moçambique», fascículos publicado pelo Diário de Notícias, dos autores Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes.

¹⁴⁰ Marcelo José das Neves Alves Caetano – nasceu em Lisboa a 17 de Agosto de 1906 e faleceu no Rio de Janeiro a 26 de Outubro de 1980; foi jornalista tendo-se estreado como redactor no jornal «Época»; em 1940 foi nomeado por Salazar comissário nacional da Mocidade Portuguesa; foi Ministro das Colónias entre 1944 e 1947; Presidente da Câmara Corporativa entre 1950 e 1955; Ministro da Presidência entre 1955 e 1958.

A nível internacional continuavam as decisões da Assembleia Geral da ONU a defender mudanças na política ultramarina de Portugal, tendo aprovado (96 votos a favor e 13 abstenções), em Novembro de 1968, uma resolução ordenando nova postura de Portugal face à guerra em Angola, Guiné e Moçambique.



António de Spínola emitiu uma directiva, datada do dia 28 de Dezembro daquele ano, versando sobre operações psicológicas e estabelecendo o slogan «Uma Guiné Melhor».

Spínola no mato, dando instruções através de um rádio-telefone de campanha
In: VISÃO, 17/09/1998

Para encerrar os três primeiros meses de mandato de Marcelo Caetano, em Dezembro de 1968 a Igreja de S. Domingos, em Lisboa, serviu de palco para cerca de duas centenas de católicos progressistas condenarem a guerra colonial e defenderem o diálogo do novo Governo com os «Movimentos de Libertação» das Províncias Ultramarinas, onde a guerra continuava sem fim à vista.

Nos meses de Janeiro e Fevereiro de 1969 em operações com várias forças militares portuguesas, em Bigene (próximo da fronteira com o Senegal) resultou muito favorável para estas, dando-se a captura de uma grande quantidade de armamento (Canhão s/Recuo, Metralhadoras Pesadas e Ligeiras, Morteiro 82, Lança-Granadas-Foguete, Espingardas Automáticas, Minas e munições). Mas, no mesmo mês, na fronteira com a Guiné-Conacri, em Guilege, o PAIGC fez um ataque ao aquartelamento português, com grande poder de fogo, usando Canhões-s/Recuo e Morteiros, dirigindo cerca de duas centenas de granadas para o interior do quartel causando dois mortos.

A decisão de Spínola, em 9 de Junho de 1968, de transferir a unidade militar que estava em Madina do Boé, só foi efectivada no dia 8 de Fevereiro de 1969, tendo ocorrido um grave acidente durante a travessia do rio Corubal com a morte de 47 militares portugueses.

No dia seguinte à retirada da tropa portuguesa, o PAIGC ocupou a zona, mantendo-a sempre em seu poder. Neste mesmo dia, em Cambaju, na fronteira com o Senegal, o PAIGC fez um ataque ao quartel português, durante cerca de duas horas, causando vários mortos e feridos a militares portugueses. No dia 26 daquele mês de Fevereiro, novo ataque do PAIGC mas desta vez a duas lanchas que navegavam no rio Buba, no Sul do território, e, no mês seguinte, reactivou a guerrilha nas regiões de Mansoa e Bula.

Naquele mês de Março, foi programada uma grande operação com forças pára-quedistas à região de Quitafine/Cassebache, mas o PAIGC demonstrou capacidade para se manter em defesa permanente sem recuar e, no dia 7 daquele mês, utilizou pela primeira vez uma Metralhadora Pesada Antiaérea quádrupla 14,5 e seis Metralhadoras simples de 12,7, atingindo dois aviões FIAT G-91 e um DO-27.

No dia 8 de Abril, Marcelo Caetano iniciou uma visita às três províncias em que se desenvolvia a guerra. Segundo o próprio escreveu já quando estava no Brasil:

“Assisti nas três províncias à exposição da situação militar (...) e verifiquei que os comandantes-chefes não tinham quartel-general (mas um simples gabinete) nem de poderes de chefia (...)”¹⁴¹

No mês seguinte, o PAIGC voltou a surpreender com a colocação de uma mina aquática, no rio Cobade, no Sul, a qual foi accionada pelo batelão «Guadiana», sofrendo também alguns quartéis portugueses de sistemáticos ataques com grande poder de fogo, durante horas, chegando a destruir as instalações militares como aconteceu, em Julho de 1969, em Quirafo, no Leste do território.

Neste mesmo mês, as autoridades militares portuguesas deram início àquela que ficou conhecida por operação «Mar Verde», tendo em vista derrubar o regime político da Guiné-Conacri, de Skou Touré, tendo sido instalado na Guiné portuguesa, em Outubro deste mesmo ano, um ramo militar de oposição ao regime de Conacri, com apoio das autoridades portuguesas.

A colocação de minas Anti-carro era uma das mais perigosas acções do PAIGC. A grande parte das vias terrestres em piso térreo facilitava a colocação destes engenhos explosivos que nem sempre eram detectados, por dificuldade de picar muitos quilómetros de estradas. Foi o que aconteceu neste mesmo mês, nas proximidades de Fulacunda. Assim como ataques ao quartel de Jabadá, a Sul do território, tendo provocado cinco mortos e dez feridos soldados portugueses.

O mês de Agosto foi recheado não só destes acontecimentos negativos, mas também as autoridades portuguesas libertaram 92 ex-militantes do PAIGC, incluindo Rafael Barbosa, que tinham sido presos em Bissau e na ilha das Galinhas. Foi também neste mês (dia 18) que Amílcar Cabral apresentou, em Argel, cinco desertores portugueses, mas antes, no dia 3, as autoridades portuguesas tinham feito uma cerimónia pública, na Praça do Império, em Bissau, para apresentarem à população os prisioneiros libertados, tendo sido escolhido Rafael Barbosa para falar em nome deles. No fundo, Amílcar Cabral fez em Argel o que as entidades portuguesas fizeram em Bissau.

Em 26 de Outubro, Portugal realizou eleições de deputados para a Assembleia Nacional, tendo a União Nacional garantido a totalidade dos deputados, mas estavam na lista elementos da oposição (a Ala Liberal), tais como Sá Carneiro, Miller Guerra, Pinto Balsemão, Magalhães Mota e Pinto Leite, que teriam aceite «rejeitar o abandono do Ultramar» e defender «uma política africana de autonomia progressiva».

No mesmo mês, Senghor, presidente do Senegal, estabeleceu contactos com o Governo português tendo em vista discutir o futuro das províncias ultramarinas portuguesas.

Nos dois meses que restaram do ano de 1969 os militares portugueses viram-se confrontados com o aumento do reequipamento militar do PAIGC, nomeadamente a utilização, em Novembro, dos Foguetões de 122 mm, na região de Bolama, onde pouca intervenção tinha havido. Também neste mês, o Ministro da Defesa Nacional informou a Cruz Vermelha da existência de 23 militares portugueses retidos na Guiné-Conacri, 5 na República Democrática do Congo, 3 na República Popular do Congo, 4 na Tanzânia e 1 da Zâmbia.

Foi também neste mês (dia 16) que os militares portugueses iniciaram a «Operação Jove», na zona de Guilege, no Sul do território, com forças pára-quedistas, face a

¹⁴¹ In «Marcelo Caetano», DEPOIMENTO, pág. 171, Distribuidora Record de serviços de Imprensa, S.A., Rio de Janeiro, 1974.

informações obtidas que Nino Vieira integrava uma coluna militar naquela zona. Foi nesta operação que, no dia 18, foi capturado o capitão cubano Pedro Peralta, tendo em sua posse documentos que descrevem os ataques da guerrilha aos quartéis de Buba, Jabadá e Bedanda.

Na Metrópole, no dia 15 de Dezembro, a Assembleia Nacional, por unanimidade, exortou o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, a dar continuidade à “política nacional de manutenção e defesa da unidade e integridade de todos os territórios portugueses”, tendo, poucos dias depois, o Conselho de Segurança da ONU condenado Portugal por violar o território da Guiné-Conacri.

Começou o ano de 1970 com António de Spínola a proceder aos primeiros contactos com dirigentes militares do PAIGC, procurando aliciá-los para fazerem parte de uma futura força africana da Guiné, tendo ocorrido, no dia 20 de Abril daquele ano, a morte de três majores (Passos Ramos – Pereira da Silva – Magalhães Osório) que tinham sido escolhidos por Spínola para negociarem com os elementos do PAIGC.

O encontro foi marcado para a região de Cachungo (anterior cidade Teixeira Pinto), vulgarmente conhecida por Chão dos Manjacos. Apesar de ter havido um primeiro encontro com a presença do General Spínola, ao de 20 de Abril apenas aí se deslocaram os três majores. Só que o PAIGC considerava que as autoridades portuguesas actuavam de má fé, fazendo corrupção política, com estratégias pouco sérias. Por isso, os representantes do PAIGC foram para as “negociações” fortemente armados, tendo em vista prender Spínola. Como este não foi, não pouparam a vida aos majores. No fundo, o Governador julgava que estava a negociar com pessoas que facilmente aceitariam acordos que não tinham conseguido anos antes do Governo de Lisboa. De facto a tragédia do «Chão dos Manjacos» tratou-se de uma cena inconcebível da parte dos dirigentes do PAIGC que poderiam ter sido honestos dizendo claramente que não queriam negociar fosse o que fosse.

Falhada a estratégia negociadora de António Spínola, como a de Fevereiro em Dacar, a guerra continuava cada vez mais forte, com ataques mútuos, tendo o PAIGC armamento mais moderno e eficaz para lançar ataques a quartéis portugueses, como aos de São Domingos, Gadamael, Guilege e Guidage.

Em Março, foi confirmada a existência de uma unidade de artilharia do PAIGC equipada com foguetes GRAB-1, 122 mm e, no dia 23 de Maio, o PAIGC fez um ataque ao navio «Alvor», no rio Cacheu, com Lança-Granadas-Foguete.

No entanto, o Governador parecia que sonhava com o fim da guerra que, em termos reais, era impossível, quando num discurso em Mansoa, com o Ministro do Ultramar presente, fez uma referência ao grande momento que se passava na Guiné “por se aproximar o fim da guerra”.

Enquanto prosseguia a guerra, na Metrópole estudantes africanos e vários católicos eram presos por se assumirem contra a guerra colonial. E a nível internacional continuavam as manifestações contra a política ultramarina de Portugal.

Em Junho de 1970, realizou-se em Roma uma Conferência Internacional de Solidariedade para com os povos das Províncias Ultramarinas portuguesas, tendo estado presentes 177 organizações de 64 países, e, no dia 1 de Julho, o Papa Paulo VI recebeu no Vaticano, em audiência oficial, os dirigentes do PAIGC, da FRELIMO e do MPLA, o que provocou relações tensas entre Portugal e a Santa Sé.

Mas não foi apenas o facto de Paulo VI ter recebido os dirigentes dos Movimentos de Libertação o motivo para os desentendimentos entre os dois Estados. Também o Núncio Apostólico, em Portugal, criou em Marcelo Caetano profundas divergências. Este escreveu¹⁴² que o “Núncio, Mons. Sensi, tinha uma deplorável tendência para se imiscuir na política interna portuguesa o que, na altura da revisão constitucional, em 1970, dera origem a um penoso incidente entre os dois”.

Na Guiné, no dia 25 de Julho, caiu um helicóptero tendo resultado a morte dos Deputados José Pedro Pinto Leite, Leonardo Coimbra, Vicente de Abreu e Pinto Bull. E, no dia 11 de Agosto, o PAIGC fez um ataque à lancha «Sagitário», que já era a 13ª vez a unidades navais ao longo do ano. Este ataque levou o Comandante da Defesa Marítima a considerar que os guerrilheiros tinham “liberdade de movimentos” na margem Sul do rio Cacheu e ataques mais eficientes.

Certo é que a guerra não abrandava, nem tinha solução pela força das armas. Então, o General Spínola tinha de inventar outra estratégia fora da Guiné. Para tal, no dia 12 de Novembro, pediu ao Governo para fazer uma operação militar na Guiné-Conacri, o que Marcelo Caetano autorizou no dia 17 daquele mês. Tratava-se da Operação «MAR VERDE» que teve início no dia 22, envolvendo um efectivo de 350 homens com 25 objectivos na área da cidade e porto de Conacri, mas cujo resultado foi a libertação de militares portuguesas prisioneiros. Esta acção provocou uma queixa no Conselho de Segurança da ONU que enviou uma missão especial à Guiné-Conacri, para averiguar a situação ocorrida.

Em Janeiro de 1971, surgem as primeiras notícias do fornecimento ao PAIGC, pela União Soviética, de um Míssil Terra-ar do tipo Redeye. E, no mesmo mês, os guerrilheiros fizeram forte ataque aos quartéis de Pirada, Catió e Aldeia Formosa, com foguetões 122 mm.

No dia 31 de Março, o Comando-Chefe da Guiné emitiu um documento oficial onde refere:

“A situação continua caminhando para novo e rápido agravamento face à crescente pressão militar do inimigo, passível de suplantar a nossa capacidade de defesa das populações”.

De facto, a situação tornava-se insustentável pelo que, no dia 9 de Junho, o PAIGC fez um ataque a Bissau e, em Outubro, promoveu emboscadas, causando cinco mortos e quatro feridos aos militares portugueses na zona de Duas Fontes, no Leste do território.

Nos meses de Outubro a Dezembro, as forças portuguesas levaram a efeito algumas Operações importantes, mas que não evitaram o potencial militar do PAIGC. Foram os casos das operações nas zonas de Tite (com a captura do chefe Balanta de Quinara), Naga, Campará, Morés (por duas vezes, sendo a de 20 de Dezembro para reocupação de alguns postos pela tropa portuguesa).

Ao longo do ano de 1972, não só repetiram-se os confrontos entre as duas forças militares, nomeadamente quando, no dia 24 de Janeiro, o PAIGC fez um golpe de mão a Catió, tendo sido feitos prisioneiros dois militares das forças portuguesas, mas também decorreram várias conversações entre Spínola e representantes do PAIGC tendo em vista chegar a um entendimento. Também, em Março, houve encontros

¹⁴² Idem, pág. 182.

secretos entre delegações portuguesas e do Senegal, tendo em vista criar uma comissão mista para controlar as fronteiras e, em 17 de Abril, o Governador, António Spínola, enviou uma carta a Marcelo Caetano, na qual declarava que “não ganharemos esta guerra pela força das armas”.

Em 18 de Maio, António Spínola encontrou-se com o presidente do Senegal, Leopold Senghor, próximo da fronteira da província da Guiné, tendo em vista chegar a acordo quanto a uma mediação para resolver o conflito armado na Guiné. No dia seguinte, Marcelo Caetano reconduziu Spínola no cargo e, no dia 26 do mesmo mês, este vai a Lisboa transmitir a Marcelo Caetano os resultados do encontro com o presidente do Senegal. O Presidente do Conselho terá dito a Spínola ser preferível perder a guerra do que negociar a paz. Quatro dias depois, Marcelo Caetano proibiu quaisquer negociações entre as autoridades portuguesas da Guiné e as do Senegal, uma vez que “não seria aceite qualquer hipótese de acordo político negociado”, mais disse que “o Governo estava preparado para uma derrota militar”.

É espantosa a cegueira política de Marcelo Caetano! Para não se render, preferiu o modelo da morte lenta até à derrocada final.

Alguns meses depois, a 24 de Outubro, António Spínola enviou uma carta a Marcelo Caetano solicitando autorização para se encontrar com Amílcar Cabral, mas não foi dada autorização para tal.

Entretanto, com o ano de 1972 a entrar na recta final, o PAIGC tinha já em sua posse um Míssil Terra-ar, pronto para entrar em acção, o que mais reforçava a tese de que Portugal não tinha qualquer hipótese de fazer frente, pela força das armas, aos meios bélicos da guerrilha. Também era reconhecido pelo Comando militar português na Guiné que o PAIGC utilizaria Lançadores Múltiplos de Foguetões, Viaturas Anfíbias e Carros de Combate T-34.

No dia 3 de Novembro, a Assembleia Geral da ONU aprovou, por 99 votos a favor, 5 votos contra (do Reino Unido, África do Sul, EUA, França e, obviamente, Portugal) e 23 abstenções, apelando para que «todos os estados e Agências das Nações Unidas auxiliem os Movimentos de Libertação» dos povos colonizados por Portugal.

Entre Novembro e Dezembro, quer a Assembleia Geral, quer o Conselho de Segurança aprovaram algumas resoluções e recomendações com vista a acabar com a guerra e realizar negociações tendo em vista a concretização da independência dos territórios ultramarinos portugueses.

Naquela mesma altura, o PAIGC foi admitido na ONU, o que constituiu mais uma derrota internacional para Portugal, cujo Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, considerava aquela organização política como um partido terrorista.

No mesmo mês de Novembro, numa «Conversa em Família», Marcelo Caetano não poupou severas críticas às Nações Unidas pelos seus constantes ataques a Portugal devido à política ultramarina. A determinada altura salientou:

“A requerimento de um grupo de estados africanos que logo do pedido de convocação se exprime em termos agressivos para Portugal, sem poupar falsidades, ilogismos e insultos. O Conselho, aliás, está neste mês de Novembro sob a presidência da nossa conhecida Guiné-Conakri, um estado vizinho da Guiné Portuguesa, enfeudado às

potências comunistas e cujo governante despoticamente põe e dispõe da vida dos seus súbditos (...) há dias circulou nas Nações Unidas sob o patrocínio dos africanos um documento dimanado da organização terrorista chamada Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde. Nesse documento acusava-se o Governo Português de nada fazer para debelar a situação crítica de Cabo Verde e de apenas se aproveitar dela para obrigar os cabo-verdianos a emigrar a fim de enfraquecer desse modo o movimento de libertação do arquipélago (...) Até agora ninguém morreu de fome; a população cresceu; e não houve retrocesso, nem sequer estagnação, no desenvolvimento do arquipélago (...) Daí a nossa serenidade e a nossa segurança. Porque encarar serenamente as dificuldades é meio caminho andado para vencê-las. E nós venceremos”¹⁴³.

No mesmo número do órgão oficial da DGS, foram dadas quatro notícias que dizem respeito à Guiné:

- “O chefe terrorista Amílcar Cabral, secretário-geral do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (P.A.I.G.C.) viu gorados os seus esforços para falar contra Portugal no plenário das Nações Unidas (...) Entretanto, o Dr. António Patrício, representante permanente de Portugal junto da O.N.U. voltou a formular o convite do Governo Português para que um representante da Assembleia Geral verificasse «in loco» na Guiné Portuguesa, a inexistência de «Áreas libertadas» pelos terroristas do P.A.I.G.C. (...);

- “No prosseguimento de uma política de amizade, seguida desde sempre, nos postos fronteiriços da Guiné Portuguesa com o Senegal, continuam a prestação de assistência médica a todos os senegaleses que ali se dirigem para esse fim. Durante a recente visita ao posto de Cuntima, o Governador e Comandante-Chefe das Forças Armadas, General António de Spínola, conversou com alguns dos muitos senegaleses que ali se encontravam a receber assistência”;

- “À já extensa lista de bravos naturais da Guiné Portuguesa, que tomaram no campo da honra, em defesa da Pátria, juntou-se agora o nome do soldado Abidulai Jaló, da 1ª Companhia de Comandos Africanos, condecorado a título póstumo pelo Departamento da Defesa Nacional, sob proposta do Comandante-Chefe das Forças Armadas da Guiné, com a Cruz de Guerra de 1ª Classe”;

- “No dia 25 de Novembro faleceu em Bissau, por motivo de doença, Joaquim da Silva Leite, inspector da D.G.S. e delegado da nossa Revista na Província da Guiné. Nascido em Regilde, freguesia de Felgueiras, contava 40 anos de idade. Tendo sido ordenado sacerdote, chegou a ser professor no Seminário de Santa Teresinha em Pombeo, no concelho da sua naturalidade. Em 1966 decidiu enveredar pela carreira policial e ingressou na extinta PIDE como chefe de brigada, tendo sido, dois anos mais tarde, promovido a sub-inspector”.

O ano de 1973 voltou a demonstrar o que era evidente: a guerra não tinha fim pela via militar.

Amílcar Cabral, em 8 de Janeiro, anunciou que a Guiné-Bissau tornar-se-ia Estado no ano de 1973. E, no dia 20 do mesmo mês, foi assassinado na cidade de Conacri, capital da República da Guiné, onde vivia e tinha a sua actividade política permanente.

¹⁴³ In «Continuidade», órgão da Direcção-Geral de Segurança, nº 4 –Ano I, Outubro-Dezembro 1972, publicação trimestral.

A teoria que foi veiculada na altura de quem assassinou Amílcar Cabral foi a de que tinha sido a PIDE portuguesa. Mas, conforme já atrás foi dito, na parte relativa ao movimento de emancipação dos guineenses, foram elementos do próprio PAIGC os autores materiais pela morte do seu dirigente máximo. Se houve autores morais externos, nunca, que eu saiba, foram denunciados.

Mas a sua morte não provocou qualquer recuo na intensidade da luta armada. Pelo contrário, com o material bélico que o PAIGC tinha, passou a haver maior acção, até como “represália” aparente pelo sucedido ao seu chefe carismático.

Na Metrópole, os responsáveis políticos e chefes militares portugueses estavam já de cabeça perdida quanto ao evoluir da guerra na Guiné, e estavam cegos no que se refere a Angola e Moçambique. Marcelo Caetano, na «Conversa em Família» do dia 13 de Janeiro afirmou que “só temos um caminho, defender o Ultramar”. E a cegueira continuou, nem mesmo depois de, no dia 27 daquele mês, em Paris, ter sido assinado o cessar-fogo entre os Estados Unidos da América e o Vietname.

No dia 6 de Março, Spínola endereçou a Marcelo Caetano mais uma carta sobre a situação da Guiné, pedindo medidas políticas e, no dia 25 do mesmo mês, o PAIGC abateu um avião FIAT G-91 utilizando o Míssil Terra-ar.

A «Brigada do Reumático» presta vassalagem a Marcelo Caetano, a 14 de Março de 1973



O regime continuava a ser visado em várias frentes. Nos dias 4 a 8 de Abril, realizou-se em Aveiro o III Congresso da Oposição Democrática, em cuja declaração final constava «o fim da guerra colonial», «luta contra o poder absoluto do capital monopolista» e «conquista das liberdades democráticas».

Em 15 de Maio, realizou-se uma reunião de comandos militares em Bissau, em que Spínola declarou:

“Encontramo-nos indiscutivelmente na entrada de um novo patamar da guerra, o que necessariamente impõe o reequacionamento do trinómio missão-inimigo-meios”.

Dois dias depois, o Batalhão de Comandos assaltou a base do PAIGC, situada em território do Senegal. Mas, no dia seguinte, os guerrilheiros atacaram o quartel de Guileje, conjugando este ataque com outro ao quartel de Guidage para isolar a guarnição da fronteira com a Guiné-Conacri. Mas, no dia 22 do mesmo mês de Maio, as tropas portuguesas retiraram-se de Guileje* e instalaram-se em Gadamael-Porto, também na zona da fronteira com aquela república. Esta deslocação das tropas fez com que o PAIGC passasse a promover ataques frequentes ao novo aquartelamento.

Vista aérea do aquartelamento português de Guileje, instalado num núcleo habitacional de poucas centenas de habitantes, rodeado de arame farpado. Ao fundo o aeródromo; à direita, palhotas que serviam de celeiro dos habitantes.

(Fotografia captada em 1972 por André Escórcio, que gentilmente a cedeu para este trabalho).

* Depois de forte ataque a Guileje, comandado por Nino Vieira, a CCAÇ 3477, comandada pelo capitão Abílio Delgado, em 22 de Maio de 1973 abandonou aquele aquartelamento destruído. O Comandante Operacional (COP 5), instalado em Catió, era o major Coutinho.



A situação era de tal ordem que, no dia 25 de Maio, Costa Gomes, Chefe do Estado-Maior-General, iniciou uma visita à Guiné. E, no dia 1 de Junho, iniciou-se no Porto o I

Congresso dos Combatentes, que foi contestado por cerca de 400 oficiais das Forças Armadas, através de um abaixo-assinado.

Em Julho, o Presidente do Conselho, Marcelo Caetano, fez uma visita a Londres, onde foram realizadas manifestações de rua contra a política ultramarina portuguesa, apoiadas pelo Partido Trabalhista, para além da imprensa londrina ter sido crítica para com Portugal.

Em paralelo com a reacção dos oficiais do Quadro Permanente, face ao Decreto-Lei nº 353/73, de 13 de Julho, entretanto alterado pelo Decreto-lei nº 409/73, de 20 de Agosto, que permitia a passagem de oficiais milicianos ao Quadro Permanente das armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, desde que frequentassem um curso intensivo de dois semestres na Academia Militar, realizava-se em Bissau, no Clube Militar, a 18 de Agosto, uma reunião de cerca de duas dezenas de oficiais para contestar aquele decreto. No dia 21, teve lugar outra reunião de 51 oficiais das Forças Armadas, descontentes não só com a situação profissional, mas também por razões políticas quanto ao futuro do Ultramar português. Nessa reunião foi aprovado um texto de uma exposição a ser remetido às entidades militares, o qual foi assinado por todos os oficiais, conforme sua decisão na reunião realizada no dia 25 daquele mês de Agosto.

Entretanto, no dia 6 do mesmo mês de Agosto, o General António de Spínola regressou à Metrópole, tendo sido substituído oficialmente no dia 25 do mesmo mês pelo General Bettencourt Rodrigues que tomou posse do cargo de Governador-Geral e Comandante-Chefe no mês seguinte.

Quarta Fase - De Setembro de 1973 até ao fim da guerra coincide com o mandato do General Bettencourt Rodrigues.

Da parte do PAIGC, coincide com a declaração unilateral da independência da Guiné-Bissau, no dia 24 daquele mês de Setembro, conforme Amílcar Cabral havia prometido e como resultado do Congresso de Julho do mesmo ano.

Ao mesmo tempo que a situação militar na Guiné se deteriorava, os oficiais das Forças Armadas portuguesas continuavam em reuniões no Ultramar e na Metrópole a exigirem o fim da guerra colonial.

A luta armada continuava cada vez mais forte sem que Portugal pudesse fazer frente ao poderio da guerrilha do PAIGC. Ao mesmo tempo o Senado norte-americano proibia a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que contribuísse para a manutenção do regime colonial do Ultramar, e a Assembleia Geral da ONU, em 2 de Novembro, reconhecia a independência da Guiné-Bissau.



A agitação nas Forças Armadas levou Marcelo Caetano, em 7 de Novembro, a remodelar o Governo: Silva Cunha fica na Defesa Nacional; Andrade e Silva no Exército, Baltazar Rebelo de Sousa com a pasta do Ultramar.

Dr. Baltazar Rebelo de Sousa

No dia 11 daquele mês, a Guiné-Bissau foi admitida na organização internacional FAO; no dia 16, por Resolução da Assembleia Geral da ONU, a Guiné-Bissau foi convidada a participar na III Conferência da Nações Unidas sobre o Direito do Mar e, no dia 19, é admitida como 42º Estado membro da OUA

No dia 17 de Dezembro, a Assembleia Geral da ONU adoptou uma resolução contendo os poderes da delegação de Portugal “tal qual ele existe no interior das suas fronteiras na Europa”. Mas excluía desses poderes os “territórios sob domínio português de Angola e Moçambique, que é um Estado independente”.

O ano de 1974 começou com o recurso a deslocações à Guiné de responsáveis políticos comodamente instalados em Lisboa. Era o último apoio meramente moral que poderiam dar aos militares que se confrontavam nas várias zonas de combate daquela província.

Daí, entre os dias 15 e 25 de Janeiro de 1974, o Ministro português do Ultramar, Dr. Rebelo de Sousa, recentemente nomeado para aquela pasta, ter visitado oficialmente a Guiné.



Ministro Baltazar Rebelo de Sousa na Guiné

O Governador e Comandante-chefe das Forças Armadas, General Bettencourt Rodrigues, proferiu o primeiro discurso na sessão de boas-vindas, realizada no Palácio do Governo em Bissau, salientando que no último trimestre de 1973, “cerca de 90.000 cidadãos elegeram os dois deputados à Assembleia Nacional, ambos filhos da Guiné, e plebiscitaram, livre e inequivocamente, a política do Governo da Nação. Elegeu-se também através da Junta Consultiva, o procurador da província à Câmara Corporativa. Funcionaram, com toda a regularidade, a Assembleia Legislativa e a Junta Consultiva Provincial, que exerceram sem quaisquer restrições os poderes que a lei lhes confere”. Em seguida, o Ministro do Ultramar afirmou:

“A Guiné – esta Guiné Portuguesa de quinhentos anos – tem sido palco, na última década, dessa denotada faina de defesa a que criminosas incursões nos obrigam para que permaneça íntegra a nossa soberania, como efectivamente se mantém e todos aqui comprovamos de forma irrefutável. Faina prosseguida, sem desfalecimentos, com vista à implantação de uma paz durável e justa, em clima de fecunda e autêntica participação popular. Paz durável e justa implica tanto a ausência de conflitos – que de outros e não de nós depende, já que do exterior das fronteiras os animam e sustentam, sendo eles os únicos responsáveis perante as vítimas e perante a História - como radicação de uma comunidade economicamente evoluída e socialmente equitativa. Pressupõe, ainda, que a todos e a cada um dos membros da população seja reconhecido o gozo efectivo dos seus direitos essenciais e a crescente intervenção na marcha da própria Administração”.

Mais adiante disse:

“esta a via constitucionalmente consagrada da política ultramarina portuguesa, sob a égide do venerando Chefe do Estado e a clarividente orientação do senhor Presidente do Conselho – de unidade nacional vivida no real pluralismo de expressão dos múltiplos territórios e grupos étnico-sociais que nela se inserem. A realização próxima de mais um Congresso dos Povos da Guiné recorda-nos a justeza do caminho percorrido, de pacífica evolução neste quadro unitário e regional, através do diálogo franco e operante, que busca, com verdade e realismo, o bem de todos. Nesta senda prosseguimos, sem túbias hesitações ou cómodos afrouxamentos, de espírito firme mas aberto, com os pés bem assentes no chão a que nos prendemos por entranhado amor, de olhos rasgados para o horizonte futuro, visionado, em termos de portugalidade, como fraterno e perene encontro, e compromisso, no destino comum”¹⁴⁴

Do relato da visita consta que o Ministro “percorreu áreas que o P.A.I.G.C. afirma terem sido libertadas”. No segundo dia da visita, o Ministro esteve no Sul da Província, nas localidades de Cufar, Cabuxanque e Catió, onde inaugurou um aldeamento. “Durante estas visitas, multiplicaram-se em torno do Dr. Baltasar Rebelo de Sousa e do General Bettencourt Rodrigues manifestações do maior apreço e consideração”.

Em Catió, dirigindo-se aos oficiais, sargentos e praças, o Ministro afirmou: “Congratulome em estar hoje aqui, entre vós, e desejo a todos, que este Novo Ano traga boas perspectivas e uma cada vez mais larga confiança nesta tarefa, em que todos estamos empenhados, por uma Guiné melhor e cada vez mais portuguesa”.

Em Cabuxanque, o Ministro “conversou com o chefe da tabanca”.

No dia 17, o Ministro deslocou-se a Teixeira Pinto, ao aldeamento de Batucar, a Cacheu e Pelundo.

No dia 18, deslocou-se a Nova Lamego, ao Leste do território, tendo-se repetido “o entusiasmo na população ao acolher aquele membro do Governo”.

Depois, na cidade de Bafatá, “mais de 20.000 pessoas, empunhando bandeiras nacionais e no meio da vibração de tambores, dos instrumentos musicais e dos cânticos e danças regionais, saudaram efusivamente o Ministro Rebelo de Sousa”.

No dia 19, o Ministro deslocou-se a Mansoa, Farim e Bijagós.

“Foi uma jornada de portuguesismo autêntico, vivida graças aos sentimentos que exprimiram todos os povos das 42 etnias que habitam nesta província. Desde Mandingas a Fulas, a Balantas ou Bijagós. Quanto ao domínio do P.A.I.G.C., ao ódio das populações por Portugal conforme apregoam os inimigos da Nação, não se manifestou em qualquer pormenor, por mais insignificante que fosse. Muito pelo contrário: para quem acompanhou o ministro nestes dias e ignorasse que se enfrenta uma guerra subversiva cruel e sanguinária, comandada do estrangeiro, concluiria que a paz se faz sentir em todo o território e que a vida se processa como noutra qualquer ponto de África e que os habitantes, quaisquer que sejam a sua raça ou credo, sentem orgulho e felicidade em serem portugueses”.

No dia 25, ao chegar a Lisboa, outra posição não seria senão dizer ao País e ao Mundo que tudo estava bem na Guiné:

“não obstante a contínua vigilância e resposta a que somos obrigados para nos defendermos de incursões criminosas, que parece terem adquirido, no mundo de hoje, foros de cidade, a vida da Guiné prossegue, em ritmo estugado, a caminho das metas

¹⁴⁴ In «Notícias de Portugal», Edição da Direcção-Geral da Informação, Secretaria de Estado da Informação e Turismo, Ano XXVII, nº 1395, 26/01/1974.

do progresso económico e social que visionámos (...) Isto se faz em território em que me desloquei, de norte a sul e de este a oeste, no convívio pacífico das populações, só perturbado com base no exterior, sem que as atoardas ou resoluções irresponsáveis possam desmentir as realidades dos factos”.

“Luta dura e de trabalho afanoso? Sim. Mas a justificá-los e a compensá-los, o triunfo do que persistentemente se cria e assegura, em estreita comunhão de almas que a adversidade, e também as sucessivas vitórias alcançadas, dia a dia mais firmam e robustecem, assim se inserindo a Guiné – a Guiné que procura um futuro melhor – com sua individualidade própria, no todo nacional”.

Com a Inauguração, no dia 16 de Janeiro de 1974, da rede por TELEX Bissau-Lisboa, o Ministro do Ultramar enviou um Telegrama ao Presidente do Conselho, Prof. Marcelo Caetano. Em resposta, este retribuiu com o seguinte telegrama:

“Muito agradeço mensagem enviada pela nova ligação «telex» que mais aproxima a Guiné da Metrópole onde todos seguimos com fraternal interesse a vida dessa província sofrendo as suas dores e exultando com os seus êxitos. Ao povo da Guiné Portuguesa, ao ilustre governador e a V. Ex.^a dirijo as mais efusivas saudações”¹⁴⁵

Com a guerra na Guiné cada vez mais desfavorável para as Forças Armadas portuguesas, devido à evolução na qualidade do armamento utilizado pelo PAIGC, mesmo assim o Governo de Marcelo Caetano continuava a elaborar discursos fazendo crer que tudo estava bem.

O que se passou foi que o Ministro Rebelo de Sousa percorreu o centro das localidades como qualquer militar o poderia fazer. Mas esqueceu-se que estávamos numa guerra de guerrilha e não convencional: os guerrilheiros do PAIGC não estavam no centro das vilas armados ou montados a cavalo!

No dia 14 de Fevereiro, o Movimento dos Capitães da Guiné elaborou um documento sobre a situação na Província e manifestando a necessidade de passar à acção contra o regime do governo que se mantinha sem dar sinais de recuo. E no dia 22, rebentou uma carga explosiva no Quartel-General de Bissau, ferindo o 2º comandante, acção que foi reivindicada pelas Brigadas Revolucionárias. Isto no mesmo dia em que foi publicado o livro do general António de Spínola, «Portugal e o Futuro» que causou grande estrondo político nos meios civis e militares afectos ao regime liderado por Marcelo Caetano.

No fundo, Spínola escreve a sua visão da guerra colonial como sendo impossível de a vencer pela força das armas. Posição coerente com algumas das posições que tinha tomado enquanto Governador da Guiné.

No dia 16 de Fevereiro, o Presidente do Conselho proferiu um discurso na Conferência Anual da Acção Nacional Popular (partido único do regime do Estado Novo), não faltando referências à guerra que durava já 13 anos desde que rebentou em Angola. Quando chegou a vez de referir-se à Guiné afirmou:

“E na Guiné sabe-se como as Forças Armadas não se limitam a vigiar e a combater. Sob a sua guarda, e às vezes pelo seu próprio esforço directo, uma grande obra de fomento económico e social deu às populações novos motivos de fé e de esperança.

¹⁴⁵ Ibidem.

Uma vida nova surgiu. E apesar dessa fantasmagoria delirante que é o Estado da Guiné-Bissau, sem Bissau e sem Guiné, apesar do célebre Estado da Guiné-Bissau com capital na estrangeira Conakri e que não pode receber embaixadores por não possuir território onde alojá-los, apesar disso, a Guiné portuguesa pôde ser visitada há dias de lés-a-lés, mais uma vez, pelo Ministro do Ultramar, com numerosa comitiva, no meio do carinho e do aplauso das populações”¹⁴⁶.

No dia 5 de Março, Marcelo Caetano discursou na Assembleia Nacional, começando por afirmar:

“Nenhuma dúvida pode haver de que o mais grave problema que presentemente se põe à Nação portuguesa é o Ultramar (...) Nunca será demais recordar que as operações militares em Angola, em Moçambique e na Guiné resultaram da legítima defesa perante uma agressão preparada e desencadeada a partir de territórios estrangeiros (...) Consideramos, por isso, nosso dever defender os que confiantes em Portugal são fiéis à sua bandeira; e entendemos ser nossa obrigação salvaguardar uma obra que representa um positivo contributo para o progresso da Humanidade e da Civilização. Temos estado errados? Não o creio. Nem mesmo relativamente à defesa de outras províncias, como a Guiné, onde não há apreciável presença europeia. É que em África não defendemos apenas os brancos: mas todos quantos, independentemente da sua cor ou da sua etnia, são leais a Portugal e por isso mesmo, em caso de abandono, seriam vítimas da vingança inimiga (...) não poderíamos, por exemplo, aceitar a negociação com o inimigo na Guiné em termos que nos privassem da autoridade para recusar negociações em Angola ou em Moçambique”¹⁴⁷

No dia 28 de Março, o Presidente do Conselho realizou mais uma «Conversa em Família» - que viria a ser a última por força da Revolução do 25 de Abril – tendo como tema genérico o Ultramar. A determinado momento referiu:

“Foi Portugal que fez Angola; foi Portugal que criou Moçambique. E nessas duas grandes províncias se fixaram milhares de famílias que para lá levaram as concepções e as técnicas da civilização, lá plantaram fazendas, lá estabeleceram indústrias, lá rasgaram estradas e disciplinaram rios, lá ergueram cidades modernas, que são o orgulho de Portugal e da África (...) No que todos os estrangeiros, desejosos de nos ver despojados do Ultramar, jogam é no colapso da retaguarda em Portugal. Isso viu-se no entusiasmo com que os meios de informação de tantos países seguiram e avolumaram o episódio militar que a irreflexão e talvez a ingenuidade de alguns oficiais, lamentavelmente, produziu há poucos dias nas Caldas (...) Mas o que sobretudo o estrangeiro não pode compreender é como o Chefe do Governo Português, em 1969, andou, sem escolta, pelas províncias onde grassava o terrorismo. Não o esqueço eu. Não esqueço a jubilosa multidão nativa que espontaneamente me cercou em Bissau, quando, de surpresa, entrei sozinho na Catedral (...) Enquanto ocupar este lugar não deixarei de os ter presentes, aos portugueses do Ultramar, no pensamento e no coração. Procuremos as fórmulas justas e possíveis para a evolução das províncias ultramarinas, de acordo com os progressos que façam e as circunstâncias do mundo: mas com uma só condição, a de que a África portuguesa continue a ter a alma

¹⁴⁶ In «DEPOIMENTO», pág. 217, Marcelo Caetano, Distribuidora Record de serviços de Imprensa, S.A., Rio de Janeiro, 1974.

¹⁴⁷ Idem, pág. 222 a 225.

portuguesa e que nela prossiga a vida e a obra de quantos se honram e orgulham de portugueses ser!”¹⁴⁸.

Entretanto, no dia 31 de Março, o PAIGC promoveu um violento ataque ao quartel português em Bedanda, no interior da zona mais a Sul do território. E, no dia 11 de Abril, foi apresentado nas Nações Unidas o representante da Guiné-Bissau, Júlio Semedo.

Na Metrópole e nas províncias ultramarinas continuavam as movimentações dos militares na preparação do derrube do regime, o que veio a acontecer na madrugada do 25 de Abril daquele ano de 1974, sendo o marco histórico que pôs fim à guerra colonial.

Efeitos da guerra – Os 11 anos de guerra na Guiné – 13 no conjunto das três províncias – criaram traumas na sociedade portuguesa em geral, que ainda hoje persistem.

Uma das saídas que os jovens tinham para fugirem à guerra era a emigração, legal quando era possível, ou clandestinamente quando a idade impedia de sair pela via legal. Outra forma usada foi desertar e deixar o País com destino ao estrangeiro.

Foram treze anos de um grande êxodo da população mais jovem do País. Cada um que pretendeu sair encontrou a via mais adequada, por vezes penosa, para dar o “salto”.

Os jovens que não puderam ou não quiseram sair, sujeitaram-se àquilo que o regime apelidava de patriotismo ou dever de missão para com a Pátria. Digo eu, para cumprir um serviço resultante das políticas cegas de Salazar, Caetano e seus bajuladores que os rodeavam como sanguessugas venenosas, sendo todos eles os responsáveis morais pelos muitos militares que perderam a vida e tantos que ficaram deficientes física e psicologicamente.

No que à Guiné diz respeito, estiveram envolvidos na guerra cerca de 42.000 homens, pertencentes aos três ramos das Forças Armadas, incluindo militares e outras forças locais.

O número de militares que durante a guerra na Guiné adquiriram deficiências permanentes ronda aproximadamente os 3.900 e o número de mortos atingiu cerca de 2.200.

Relativamente aos guerrilheiros do PAIGC e apoios estrangeiros, por exemplo, cubanos, foram estimados em cerca de 7.000 (nos últimos anos da guerrilha), sendo 4.100 do Exército Popular e 2.900 das forças locais.

No final do ano de 1964, na Guiné, as autoridades portuguesas estimaram que já havia cerca de 400 mortos de entre os militares integrados nas unidades portuguesas.

Quanto aos meios de combate, utilizados na Guiné, foram:

- 39 aviões (35 armados): Aviões: T-6, DO-27, Dakota C-47, Nord Atlas, Fiat G-91;

- Helicópteros: AL III - 18 ;

¹⁴⁸ Idem, pág. 222 a 225,.

- 8 navios e 13 lanchas de desembarque.

O «Movimento Nacional Feminino» e secção feminina da Cruz Vermelha – O Movimento Nacional Feminino (MNF) foi criado por Luís Supico Pinto, antigo Ministro da Economia de Salazar, ficando à frente desta organização sua esposa Cecília Supico Pinto.

A estrutura feminina da Cruz Vermelha teve como figura de primeira linha Amélia Pitta e Cunha.

Ambas as organizações dedicaram-se, inicialmente em conjunto, ao apoio dos militares em serviço no Ultramar, sempre na perspectiva gizada por António Oliveira Salazar, a quem politicamente serviam em obediência inesgotável.

O MNF acabou por dedicar-se ao apoio social e moral das tropas, oferecendo brindes, devidamente identificados com o seu nome, bem como com acções populares, não faltando as que diziam respeito ao apoio a famílias de militares na resolução de problemas sociais.

Foi o MNF que lançou, como edição exclusiva, os bem conhecidos Aerogramas, que eram fornecidos aos militares pelo preço de \$30. Estava isento de porte e de sobretaxa aérea, de acordo com a Portaria nº 513/71, de 23 de Setembro, sendo o seu transporte uma oferta da TAP. Por isso é que, em cada Aerograma, tinha a seguinte publicidade:

“A TAP concede descontos e facilidades de pagamento nas passagens de avião entre o Ultramar e a Metrópole para os militares em serviço no Ultramar. Consulte os escritórios da TAP Bissau – Av. Almirante Américo Tomaz, 56 * Luanda – Av. Paulo Dias de Novais, 79-80 * Beira – Rua Governador Augusto Castilho, 47-49 * Lourenço Marques – Av. Fernão de Magalhães, 6.

No Aerograma era proibido “incluir qualquer objecto ou documento” e o depósito no Correio “é feito em mão em qualquer estação dos CTT”.

Quantos militares em serviço na Guiné teriam utilizado os aerogramas para escreverem às «MADRINHAS DE GUERRA», que acompanhavam à distância os “afilhados” combatentes?

Aerograma

O TRANSPORTE DESTA AEROGRAMA É UMA OFERTA DA TAP AOS SOLDADOS DE PORTUGAL

Edição exclusiva do MOVIMENTO NACIONAL FEMININO

CORREIO AÉREO
IDENTO DE FÓRTE E DE SOBRE-TAXA AÉREA, Portaria n.º 513/71 de 23 de Setembro de 1971

O conteúdo não coberto é feito em mão em qualquer estação dos CTT

É PROIBIDO INCLUIR QUALQUER OBJECTO OU DOCUMENTO

Em... Sr.
Yves Gregório Gonçalves
Rua Padre João de Deus 7
Funchal
Madeira

5.2.11.1986

1.º andar do 19320-72

Amélia Pitta e Cunha

A BB concede descontos e facilidades de pagamento nas passagens de avião entre o Ultramar e a Metrópole para os militares em serviço no Ultramar. Consulte os escritórios da BB Bissau, Alameda Américo Tomaz, 56 - Luanda, Av. Paulo Dias de Novais, 79-80 - Beira, Rua Governador Augusto Castilho, 47-49 - Lourenço Marques, Av. Fernão de Magalhães, 6.

A secção feminina da Cruz Vermelha dedicou-se essencialmente ao apoio dos militares estropiados e feridos, internados nos hospitais militares da Metrópole e do Ultramar, bem como criando centros de recuperação nos hospitais da Parede e Alcoitão, e ainda a criação do Lar Militar da Cruz Vermelha.

Associações de ex-Combatentes – Com o 25 de Abril de 1974, terminou a Guerra Colonial ou do Ultramar, mas não se extinguiram a memória e os traumas físicos e psicológicos que atingiram alguns combatentes. Uma guerra que faz parte da história mais triste de Portugal e de cada militar que enfrentou todas as agruras próprias duma guerra difícil e penosa nas circunstâncias e nos lugares em que ocorreu.

Daí ser de louvar as iniciativas de ex-combatentes criarem associações tendo em vista apoiarem e defenderem direitos dos seus associados, que lhes advém do facto de, ao longo dos treze anos de guerra (onze no caso da Guiné), terem sido obrigados a cumprir um “dever”, criado por caprichos arcaicos e imbecis de políticos de memória curta e rasa.

Tenho conhecimento da existência de quatro associações de ex-combatentes. Uma delas vem já do pós-I Guerra Mundial.



Trata-se da Liga dos Combatentes, fundada a 16 de Outubro de 1923, com sede em Lisboa e tem delegações espalhadas pelo País. Na altura da sua constituição, o fim era a entreatajuda dos militares que combateram na I Guerra Mundial (1914-1918). Com o andar dos tempos da sua acção, passou a admitir como sócios ex-combatentes de outras guerras, como sejam a do Ultramar português, bem como os militares que servem em missões de Portugal em países estrangeiros.



No dia 4 de Maio de 1974, foi fundada a Associação dos Deficientes das Forças Armadas. Com sede em Lisboa, tem delegações em alguns Distritos do continente e Regiões Autónomas, tendo iniciado as suas actividades em instalações do Palácio da Independência, cedidas pelo Movimento das Forças Armadas, onde permaneceu durante 20 anos.

A motivação para a constituição da ADFA teve a ver com a “expressão de revolta” de muitos deficientes que participaram na Guerra Colonial e que se “viam marginalizados e abandonados”.

Foi estimado que tivessem ficado deficientes e vítimas de *stress* pós-traumático de guerra mais de 25.000 ex-combatentes da Guerra Colonial.

Depois de muitas reivindicações, o Estado reconheceu o direito a pensões, cujo regime jurídico ficou regulado por legislação, de entre ela destaque os Dec-Lei n.ºs 43/76, de 20 de Janeiro, 233/96, de 7 de Dezembro, 28/97, de 13 de Dezembro, 134/97, de 31 de Maio, 59/2000, de 7 de Abril, e Lei n.º 46/99, e 16 de Junho.



No dia 18 de Março de 1982, foi criada a Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar. Esta associação tem âmbito nacional, embora actuando a partir de Tondela, tem como um dos seus fins “fazer-se ouvir como parceiro social, em todas as grandes causas nacionais, junto dos poderes públicos e órgãos de soberania”.



Em 18 de Março de 1999, foi constituída outra associação, com sede em Braga, denominada APOIAR – Associação Portuguesa dos Veteranos de Guerra, com o objectivo de defender os “associados, ex-militares e ex-combatentes e seu agregado familiar, nos campos jurídico, social e pedagógico e o seu apoio médico em todas as especialidades, designadamente aos ex-combatentes afectados com o Stress Pós-Traumático de Guerra.

Do mesmo modo, é de louvar aqueles que, sem quaisquer intuítos lucrativos, se associam para angariar fundos para apoio das populações da Guiné, cujas carências sociais e económicas ultrapassam a crispação da guerra, para a qual muitos não contribuíram.

No fundo, é a solidariedade humana a funcionar em pleno, na tentativa de ajudar quem não contribuiu para o actual estado de necessidade social e económico.

Todas as acções são inteiramente justas. Porque a colonização e conseqüente descolonização deixaram marcas que não podem nem devem ser deixadas no esquecimento.

Não só as ex-colónias portuguesas, mas as de outros países colonizadores...!